ATA NÚMERO 09/2013

Aos **cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e treze,** com início às quatorze horas, na Sala do Conselho Universitário, sito à Praça Sete de Julho, 180, realizou-se sessão ordinária do Conselho Universitário - CONSUN da Universidade Federal de Pelotas, convocada e presidida pelo Professor **Mauro Augusto Burkert Del Pino**, Magnífico Reitor, com a participação dos seguintes conselheiros: **Carlos Rogério Mauch,** Vice-Reitor; **Antonio Carlos de Freitas Cleff**, Pró-Reitor de Administração; **Gilson Simões Porciúncula**, Pró-Reitor de Infraestrutura; **Romerio Jair Kunrath**, representante da Pró-Reitora de Assuntos Estudantis; **Patrícia Rodrigues Chaves da Cunha**, representando o Pró-Reitor de Extensão e Cultura; **Morgana Riva,** representando o Pró-Reitor de Gestão de Recursos Humanos; **Fabiane Tejada da Silveira**, Pró-Reitora de Graduação; **Denise Petrucci Gigante**, Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação; **Luiz Osório Rocha dos Santos,** Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento; **José Francisco Gomes Schild,** Diretor da Escola Superior de Educação Física; **Edar da Silva Añaña,** Diretor da Faculdade de Administração e Turismo; **Eduardo Gonçalves Xavier**, Diretor Pró-Tempore da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel; **Eduardo Grala da Cunha,** Vice-Diretor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo; **Alexandre Fernandes Gastal**, Diretor da Faculdade de Direito; **Lúcia Maria Vaz Peres**, Diretora da Faculdade de Educação; **Luciane Prado Kantorski**, Diretora da Faculdade de Enfermagem e Obstetrícia; **Vera Maria Freitas da Silveira,** Diretora da Faculdade de Medicina, **Fabríco Pereira Harter,** Vice-Diretor da Faculdade de Meteorologia; **Márcia Rúbia Duarte Buchweitz**, Diretora da Faculdade de Nutrição; **Márcia Bueno Pinto**, Diretora da Faculdade de Odontologia; **Everton Fagonde da Silva,** Vice-Diretor da Faculdade de Veterinária; **Flavio Roberto Mello Garcia**, Vice-Diretor do Instituto de Biologia; **Sidney Gonçalves Vieira,** Diretor do Instituto de Ciências Humanas; **Victor Paulo Barros Gonçalves**, Diretor do Instituto de Física e Matemática; **Álvaro Augusto Borba Barreto**, Diretor do Instituto de Filosofia, Sociologia e Política; **Rui Carlos Zambiazi**, Diretor do Centro de Ciências Químicas, Farmacêuticas e de Alimentos; **Odir Antônio Dellagostin**, Diretor do Centro de Desenvolvimento Tecnológico; **Luiz Alberto Brettas**, Diretor Pró-Tempore do Centro de Educação a Distância; **Claudio Manoel Cunha Duarte**, Diretor do Centro das Engenharias; **Jabr Hussein Deeb Haj Omar**, Diretor do Centro de Integração do MERCOSUL; **Luis Isaías Centeno do Amaral,** Diretor do Centro de Letras e Comunicação; **Iná da Silva dos Santos,** representante dos Professores Titulares; **Paulo Bretanha Ribeiro,** representante dos Professores Titulares; **Denise Marcos Bussoletti**, representante dos Professores Associados; **Fábio Vergara Cerqueira**, representante dos Professores Associados; **Pedro Rodrigues Curi Hallal,** representante dos Professores Adjuntos; **Willian Silva Barros**, representante dos Professores Adjuntos; **Celeste dos Santos Pereira,** representante dos Professores Assistentes; **Vanessa Caldeira Leite**, representante dos Professores Assistentes; **Sérgio da Silva Cava**, representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; **Leo Peixoto Rodrigues,** representante dos Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação; **Inezita Silveira da Costa,** representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; **Edgar Ávila Gandra**, suplente da representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; **Márcia Foster Mesko**, representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; **Estela Oliari Garcez,** representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; **Alejandro Martins,** representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; **Elizabete Helbig,** representante do COCEPE; **José Luiz de Pellegrin,** representante do COCEPE; **Eduardo Algayer Osório,** representante Comunitário; **Marcio Andre Facin,** suplente da representante Comunitária; **Andrew Andrade Valadão,Laura dos Santos Moschoutis, André Mariano (suplente), Luis Alexandre Alves,** representantes discentes; **Ari Dalvo Rösler Carré, Willi Wetzel Jr., Vilson Borba Pinto, João Paulo Voltan Adamoli, Gilmara Anderson Timm (suplente), Maria Tereza Tavares**

AT.

Fuji, Liliane Griep, representantes dos Técnicos Administrativos. Não compareceram os conselheiros: **Úrsula Rosa da Silva,** Diretora do Centro de Artes; **Carolina Ziebell Carpena,** representante dos Professores Auxiliares, por estar em férias; **Paulo Fernando do Couto Bispo,** representante dos Professores Auxiliares; **Rafael Vetromille de Castro,** representante dos Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação; **Mário Renato de Azevedo Júnior,** representante dos Coordenadores de Cursos de Graduação; **Carlos Mário Almeida dos Santos,** representante Comunitário; **Daniel José Filizola de Oliveira, Jonathan Costa da Silva e Luiz Ricardo Goulart Huttner,** representantes discentes. Constatada a existência de quorum, o senhor presidente deu início à reunião cumprimentando os novos conselheiros, representantes discentes e técnico-administrativos. A seguir colocou em votação a aprovação da pauta, que foi aprovada por unanimidade. Passou a seguir à análise da pauta. **Item 01** – INFORMES: **1)** Disse que havia ficado pendente um informe na reunião anterior, solicitado pela conselheira Celeste referente à criação do Curso de Terapia Ocupacional na forma "ad referendum". **2)** Criação do Curso de Bacharelado em Música Popular da mesma forma que o anterior. Solicitou ao conselheiro Julio Mattos que apresentasse a informação sobre os dois temas anteriores. O conselheiro relatou que na verdade estas Portarias, que incluem o curso de Gestão Ambiental – Pelotas, foram feitas por solicitações do Procurador Institucional, tendo em vista que este é responsável pela regulação dos cursos de graduação. Regulação significa que era necessário comunicar em alguns casos ou pedir criação de cursos e posteriormente solicitar o reconhecimento desses cursos e também instruir os processos de renovação de reconhecimento de cursos. Desde sua chegada na Procuradoria vários cursos possuíam problemas de regulação. Haviam pedidos de reconhecimento fora do prazo, cursos que nem mesmo eram autorizados e não constavam no cadastro do E-MEC como curso da UFPel. Disse que estavam procurando colocar em dia todos os cursos junto ao E-MEC. Disse que alguns cursos antigos estavam sem portaria de criação e por isso não tiveram como dar ingresso ao processo junto ao E-MEC. Por não possuírem um "ato legal" que é a Portaria, tiveram que redigi-la para regulamentar estes cursos. Disse que foi pedida a emissão "ad referendum" do Reitor porque havia urgência. Eram cursos que estavam de fato sendo ministrados, mas não haviam sido criados na Instituição. Estes cursos haviam chegado ao seu setor e precisavam ser resolvidos respeitando os prazos, e foram regularizados. Dando sequência à reunião, o senhor presidente passou ao **Item 02**: Aprovação das Atas 01, 07, e 08/2013. O senhor presidente fez o comentário sobre a ata 01, dizendo que na reunião de 25 de janeiro havia sido constatado que não havia a composição de 70% docente e não pôde ser seguida em caráter deliberativo. Foi feita consulta à Procuradoria Jurídica e o Procurador emitiu parecer que fosse feito o registro da sessão através de ata até o momento da constatação. Atendido o encaminhamento do Procurador, a ata foi redigida e apresentada ao Conselho para análise. Ata 01: Não havendo manifestações a ata foi colocada em regime de votação, sendo aprovada, com abstenções. Ata 07: Não havendo manifestações, o senhor presidente colocou a ata em regime de votação, que foi aprovada por maioria. Ata 08: Também sem manifestações, foi colocada em regime de votação, que foi aprovada com abstenções. A seguir passou ao **Item 03**: Portaria nº 1.853, de 26 de agosto de 2013 – Criação do Curso de Bacharelado em Música – Música Popular (Homologar "ad referendum"). Aprovada a criação, com quatro (04) abstenções. De pronto passou ao **Item 04**: Processo nº 23110.005227/2013-22 do CCQFA – Regimento Interno do Centro. Por sugestão do conselheiro Rui Zambiazi o processo foi enviado ao CCQFA para adequação, conforme parecer da CLN. **Item 05**: Processo nº 23110.010013/2012-97 do IFISP – Criação de Curso de Licenciatura Plena em Filosofia na Modalidade de Educação a Distância. Por solicitação do conselheiro Alvaro Barreto o processo foi retirado de pauta. **Item 06**: Processo nº 23110.004889/2013-85 do GR – Proposta do Regimento da Comissão Própria de Avaliação – CPA. O processo foi encaminhado à CPA, para adequações. **Item 07**: Processo nº 23110.004925/2013-19 da CPA – Apresentação de detalhamento sobre ações desenvolvidas. Da mesma forma que o anterior, o processo foi encaminhado à CPA, para adequações. **Item 08**: Alteração Regimental: Extinção do Centro de Educação a Distância – CEAD e criação da Coordenação de Programas de Educação a Distância – CPED. O senhor presidente disse que

havia recebido dois pedidos de colegas que solicitavam espaço junto ao Conselho para apresentarem sua posição sobre esse tema. Sugeriu que fosse feita a leitura da Minuta de Resolução; fossem prestados os esclarecimentos ao Conselho e, se fosse aprovada a fala dos requerentes, seria feita a escuta e após passariam ao debate. Lembrou que em campanha havia sido manifestada a interação dos cursos de graduação e pós-graduação que se encontravam no CEAD para as Unidades Acadêmicas afins, como forma de implementarem uma concepção diferenciada no que dizia respeito à Educação a Distância. Com isso, após assumirem a Administração, fizeram um conjunto de ações visando a complementação para que trouxessem o tema ao Conselho, devidamente encaminhado. Houve relato dos encaminhamentos na reunião de vinte e três de maio, quando apresentara a nova estrutura administrativa a Universidade e naquele momento havia tido um parecer da CLN, no entendimento de que havia um conflito entre a criação da Coordenadoria do Programa de Educação a Distância – CPED com a existência do Centro de Educação a Distância - CEAD, no que pesava esta Coordenadoria, que havia sido proposta à época, pois ela teria um caráter mais administrativo e o CEAD tinha uma natureza de Unidade Acadêmica. O encaminhamento da CLN havia sido acatado e foram feitas algumas discussões de onde foi preparada uma Minuta de Resolução, para atender àquele parecer da CLN. Acrescentou os encaminhamentos que haviam sido feitos junto ao CEAD, para tratar deste tema: Em vinte de março houve reunião com a Direção do CEAD. Em treze de maio houve reunião com a Direção do CEAD e todos os Coordenadores de Cursos, para tratar da temática, onde ficou encaminhado que fariam uma reunião de trabalho com todos os Coordenadores de Cursos de Educação a Distância, o que aconteceu no dia vinte e quatro de maio. Desta reunião foi retirado o encaminhamento de reunir os Diretores das Unidades para onde iriam os Cursos de Educação a Distância, para fazer este debate e instrumentalizá-lo neste sentido, o que aconteceu no dia primeiro de julho. Em três de julho aconteceu outra reunião no CEAD com todos os professores no sentido de encaminhar a discussão efetiva deles com as direções das Unidades Acadêmicas e posteriormente a esta data o Instituto de Física e Matemática - IFM fez reuniões específicas para tratar deste tema, com seus professores e a FaE fez um conjunto de debates e discussões em função deste tema o Diretor do Centro de Letras e Comunicações - CLC reuniu seus professores e fizeram discussões. Da reunião do dia primeiro de julho também compareceu o Professor Sidiney, Diretor do Instituto de Ciências Humanas - ICH. Convidou os Diretores para fazerem seus relatos do resultado das reuniões de suas Unidades. A seguir, leu a Minuta de Resolução proposta. O conselheiro Alexandre Gastal se manifestou dizendo que este assunto de extinção de uma Unidade Acadêmica deveria primeiro ter sido encaminhado à CLN, para análise, visto ser uma alteração no Estatuto da Universidade e também lembrou que se tratava de alteração estatutária dependiam do quorum de dois terços da totalidade dos membros do Conselho. O senhor presidente respondeu que não havia enviado à CLN, por entender o parecer que possibilitaria fazer as alterações do Regimento. O conselheiro Alexandre disse que poderiam ouvir os relatos, debater o assunto, mas não deliberar sobre ele. O senhor presidente sugeriu que escutassem os professores que haviam solicitado defesa de suas posições. O conselheiro Victor Gonçalves disse que a existência do CEAD, já feria o Estatuto no seu artigo primeiro. Feria quando constituía uma Unidade que duplicava áreas dentro da UFPel, visto que o Estatuto veda isto. O conselheiro Paulo Bretanha disse que o item tratava de alteração regimental e o Regimento da UFPel era bem claro, quando dizia que deveria ser tratado em reunião especial e aprovado por dois terços dos conselheiros e o documento deveria ter sido recebido junto com a convocação, o que comprometia a avaliação.O conselheiro Fabio Cerqueira disse que entendia como necessária a presença dos colegas da Unidade que havia sido criada por este Conselho e se sentia constrangido em saber que o destino da Unidade pudesse ser tratado sem a presença de algum professor vinculado a ela. Propôs que com a entrada destes professores à sala, fosse lida novamente a proposta para ciência deles. O conselheiro Fernando Schild sugeriu que acatassem a proposta do conselheiro Alexandre Gastal e no momento oportuno aceitassem a participação de quem havia solicitado. O conselheiro Pedro Hallal sugeriu que dessem um tempo de cinco minutos para cada professor fazer sua exposição, mas o Conselho não discutisse o assunto naquela reunião. O conselheiro

AT.

Brettas sugeriu que os dois grupos escolhessem uma pessoas para se manifestar e defender suas posições. A conselheira Lucia disse que gostaria de fazer sua manifestação, colocando as posições retiradas de reunião ocorrida em sua Unidade. O conselheiro Fernando Schild retirou sua proposta. O conselheiro Victor solicitou também se manifestar, visto que o IFM fazia parte do contexto. A conselheira Maria Teresa Fuji sugeriu ouvirem apenas os dois representantes das duas posições em relação à extinção do CEAD, pois os Diretores já teriam oportunidade de se manifestarem na oportunidade em que estariam discutindo o assunto na próxima reunião. O senhor presidente confirmou que ouviriam os dois grupos, as Unidades Acadêmicas e ainda abriria espaço para esclarecimentos, para terem tranquilidade de se posicionar na próxima reunião. Foram concedidos dez minutos para cada grupo se manifestar. Professora Daniela Hoffmann e David Blank falaram sobre suas posições sobre o tema de pauta. Inicialmente a Professora Daniela mostrou como a UFPel era vista fora dela pela Educação a Distância. Disse que o CEAD apresentava uma identidade de EAD em relação à UFPel, porque somos uma das poucas Universidades que tem um Centro de Educação a Distância. Na maioria das Universidades se constitui um Núcleo de EAD, por Núcleos de EAD e Secretarias de EAD. A nossa UFPel é a única que tem um Centro de EAD. Ter uma Unidade dedicada para isso é o diferencial, que não deixa de ser uma propaganda e facilita muito em termos de gestão da EAD, pois as práticas administrativas são muito mais próximas dos cursos em EAD, umas das outras do que para os cursos afins. Chama a atenção também a arquitetura diferenciada que os cursos de EAD têm em relação aos cursos afins presenciais e tem a questão de um fazer pedagógico muito diferenciado entre o EAD e o presencial. Deveriam pensar um pouco, pedagogicamente falando, sobre a questão da duplicação dos cursos e das áreas de conhecimento de que falavam muito, quando se questiona a existência do CEAD e este estar trabalhando com os cursos de Matemática, Pedagogia, Espanhol e Educação do Campo, trabalhando com estes cursos fora de suas Unidades. Confirmou que os cursos são duplicados e pedagogicamente entendia que devem assim o ser, por trabalharem de forma diferenciada com os alunos, pois estes estão distantes dos professores e não era isso a única coisa que diferencia do presencial: a metodologia era diferente, o trabalho também e por isso, para formar um profissional de qualidade no final do trabalho, acabava por ter sim um curso diferenciado. Disse que a duplicação não era ruim e sim necessária. Por esses motivos acreditava que o CEAD não era um peso e sim uma qualidade. A dedicação exclusiva que os professores têm para trabalhar no Centro era um ponto importantíssimo que tinham de ganho dentro do CEAD. São vinte e sete docentes lotados no CEAD e a maioria trabalha exclusivamente com EAD sendo que alguns contribuíam com Unidades Acadêmicas, por entenderem que têm liberdade para isso e trabalham com muito prazer. Os professores de EAD que trabalham apenas com EAD também trabalham com muito prazer, pois eram quarenta horas dedicadas para pensar EAD e fazer dela um trabalho de tanta qualidade quanto o trabalho feito presencialmente. Os cursos têm feito construções interdisciplinares, como Matemática e Pedagogia e Educação do Campo são muito próximos em questões curriculares. Trabalham com eixos pedagógicos e têm propostas diferenciadas bem interessantes. Tem a questão de falarem que o CEAD tem um isolamento em relação ao restante da Universidade e isto não é uma característica que se possa admitir como culpa do Centro. Isso deve ser responsabilidade da Universidade Aberta do Brasil - UAB e da forma como ela está organizada dentro da própria Instituição. Os quatro cursos são mantidos e financiados pela UAB. Temos recursos para principalmente produção de materiais, viagens aos polos de apoio presencial, espalhados em todo o RS e alguns em SC e dois no Paraná, e também para bolsas. Muitas vezes se ouve que os docentes do CEAD são um peso para a Universidade, porque não trabalham com os alunos da Universidade. Isso porque os alunos de EAD não estão na matriz orçamentária da UFPel e os professores são pagos pela Instituição, sendo que os alunos são da UAB. Porém recebem diploma da UFPel. Esse é o fato que os isola e não o fato de estarem em um Centro diferenciado. Não estão tão isolados como parece, pois possuem muitos colegas trabalhando em conjunto. Existem docentes que trabalham como bolsistas do Centro (Curso de Gestão Público, Arquitetura, Centro de Letras, ICH, CA, CEng, FaE, Administração e Turismo, IFM, PRGRH, FN) trabalhando nos cursos de EAD na

qualidade de bolsistas. A UAB e a própria EAD no país como um todo é financiada a partir de bolsistas. A EAD foi criada em cima de bolsas. São centenas de professores que trabalham com o CEAD e se não fosse por eles não poderiam fazer seu trabalho, pois são apenas vinte e sete, sendo que apenas estes últimos têm dedicação exclusiva para a EAD. Podia dizer que trabalha 40 horas com EAD e faz tudo com a maior dedicação possível e é isso que desejam manter. Falou sobre a consulta à Comunidade Acadêmica do CEAD que foi feita e as conversas entre os cursos e as Unidades. A consulta foi organizada e no mesmo momento foi suspensa pela Reitoria. Receberam um memorando de regulamentação que proibia a utilização do ambiente acadêmico para fazer a divulgação da consulta. Como não tinham meios de contato normais para tratar com os alunos, fizeram uso de outros meios para fazer a divulgação e por esse motivo tiveram menos da metade dos polos para a votação e tiveram 532 votos, sendo que 506 favoráveis e 26 contrários entre docentes, técnico administrativos e discentes. A chapa única foi aceita e o Conselho da Unidade validou esta consulta, que foi enviada para a /reitoria que não deu resposta e logo a seguir foi apresentado outro Diretor indicado. A partir daí foram feitas várias conversas com a Reitoria através de todos os cursos, informando do desejo de permanecer no CEAD e a resposta sempre foi a de que os docentes seriam remanejados para outras Unidades. A seguir o Professor David Blanc fez sua manifestação, dizendo que não estava ali na condição de Diretor ou Coordenador e sim, representando os interesses de um grande grupo de professores, que quer poder exercer sua profissão na sua plenitude e isso lhes era vedado dentro do CEAD. Era uma questão até de misericórdia refletirem sobre as condições de trabalho no CEAD, que foram causadas não apenas pela administração anterior, mas também pela impossibilidade de diálogo entre os colegas, que não sabem dialogar e se apoderaram das instâncias superiores da Unidade e se arrogam o direito de falar por todos, quando na verdade existe um grande grupo de professores, haviam reunido pelo menos dez assinaturas de docentes em um documento protocolado na SCS, mas tinham outros inúmeros docentes que não quiseram se comprometer, mas já haviam pedido transferência e acreditava que os Diretores tivessem conhecimento desses pedidos. Tinham pelo menos seis professores que já foram removidos do Centro. Pelo Menos cinco técnico-administrativos que já foram removidos. Quase todos na administração anterior. Isso quer dizer que dá para ver que o discurso de que está tudo tranquilo e todos querem ficar ou que a EAD muito bela parece não corresponder à realidade. Fazendo uma retrospectiva poderiam ver que em 2010/2009 quando entraram os docentes da Pedagogia havia acontecido uma debandada geral de pessoas que haviam ficado no "limbo", pois não tinham sequer um curso a que se ligar para trabalhar. Não sabia o que havia acontecido com elas, mas sabia que muitos não tinham tranqüilidade para exercer sua profissão. Perguntou por que várias pessoas que fizeram concurso de retiraram em tamanho número? As relações de poder eram muito complexas dentro daquela Unidade, pois não existia espaço para o diálogo. Tiveram vários pedidos de convocações para o CD que não haviam sido atendidos e várias vezes tiveram o projeto de estágio de intervenção para os alunos atrasado ou retardado em função justamente por esta falta de convocações para análise por parte do Conselho da Unidade. Em 2010 já haviam alertado para o fato da necessidade de apresentar o RAAD. Apenas em 2011, quando o Professor Manoel Brenner de Moraes, ainda na condição de Vice-Reitor, recebeu o pedido se prontificando para fazer uma reunião com o Professor Francisco Del Pino e conseguirem enviar o relatório de todos os docentes, que era um pedido constante. Para o estágio probatório docente haviam sido feitas duas Bancas Avaliadoras, que de maneira irregular, a segunda se encontrava impugnada na justiça, pois uma colega havia impetrado recurso junto ao Ministério Público, havendo uma sucessão de problemas. Inclusive um trabalho de pesquisa de uma colega não havia sido encaminhado ao COCEPE, pois não era de interesse de algumas pessoas, da Direção e da Coordenação do Curso à época, pois não contemplava apenas os alunos de EAD, mas também propunha uma cooperação entre os alunos co CLC e os alunos da EAD. Por entender que não era desejável que tivessem qualquer tipo de expansão, de saída para outras Unidades, haviam ficado tolhidos e presos, impossibilitados de ter qualquer tipo de cooperação com as outras Unidades. Agora as coisas começavam a mudar no discurso, porque viram a necessidade de dizer que as coisas são mais bonitas do que

*1.

realmente são. Ele como docente ficava extremamente preocupado em ter uma carreira que se diz inclusive seria professor da Universidade. Tudo para tentar legitimar uma estrutura que era precária. Como poderiam fazer uma carreira que era sustentada em um projeto do Governo e que poderia acabar a qualquer momento? O CEAD não era uma Unidade salutar, que permita a seus docentes ter uma carreira saudável. Fazia mal até mesmo para suas saúdes trabalhar no CEAD. Poderia parecer um apelo, mas era o testemunho de um docente que sempre teve seu trabalho complicado e foi ficando desacreditado e descrente em ver que os colegas que lá estavam ficavam preocupados em exercer o poder, não ser incomodados e não prestar contas à Comunidade do que fazer lá. Enquanto isso a manifestação de vários docentes era abafada por este grupo que pretende levar seu projeto de poder adiante. Fez o apelo novamente para que considerassem o número expressivo de docentes e técnico-administrativos que haviam feito o pedido para sair da Unidade, e os que já haviam saído a fim de poder construir sua carreira dentro da Universidade, cuja vontade vinha sendo golpeada, pois tinham muito ânimo no começo, mas começavam a esmorecer. Atualmente estava colaborando em 20 horas com o CLC, o que não podia fazer no início, e percebia que as relações de trabalho são muito mais saudáveis e via que lá seu trabalho era muito mais recompensado e necessário. Pediu que conferissem se os professores bolsistas trabalhavam menos que os professores de dedicação exclusiva, pois não poderiam ficar se fiando na palavra de uma pessoa. O senhor presidente solicitou a manifestação das Direções que estavam debatendo, para poderem se subsidiar de elementos para poderem analisar e se posicionar na próxima reunião. A conselheira Lúcia Peres, Diretora da FaE, disse que junto com os demais Diretores do IFM, ICH e da CLC, haviam sido chamados pela Reitoria para conversarem sobre esta questão que estava ali colocada, para que as Unidades recebessem os cursos afins, atualmente lotados no CEAD. De pronto disse que se havia se manifestado favorável, desde que pudesse discutir o assunto na sua Unidade. Havia feito três reuniões que não haviam sido tranquilas, pois a história era muito controversa em relação à criação da Pedagogia a Distância. Lembrou que quando foi criado o curso de Pedagogia tudo foi muito complicado, pois teve seu nascedouro a fórceps naquele momento, quando em 2007 a proposta era que fosse criado um curso de educação a distância, onde uma empresa subsidiaria todo o material didático, com o que foram contra. Os professores Eliana Povoas, Fernando Kiling e Armando que fizeram o estudo para depois fazer uma nova proposta e na calada da noite, pela porta dos fundos foi criado o curso de Pedagogia onde somente o professor Fernando Kiling, juntamente com a professora Eliana Povoas ficaram responsáveis. Ressaltou que acreditava que a posição da Administração era legítima, pois ao escolherem a chapa que foi eleita sabiam das intenções desta em modificar a EAD. Naquela manhã haviam feito uma reunião onde entraram em um consenso, podendo aceitar, com algumas condições, tendo sido tirada uma carta assinada pelos professores: Lucia Peres, na posição de Diretora, Valdelaine da Rosa Mendes, Miguel Otto, Gilceane Caetano Porto e Gilcenira Alcino Rangel. Dentro desta lista, uma pessoa era ligada à Coordenação do Curso de Pedagogia presencial e duas pessoas do Departamento foram convidadas por possuírem conhecimento de causa desta questão. Leu a carta aos conselheiros: "*Carta de intenções para acolhimento dos cursos de EAD em Pedagogia e Educação do Campo. A fim de tomar posição qualificada sobre a educação a distância na UFPel, em especial referente aos cursos de Pedagogia e Educação do Campo, os professores da FaE, em reunião geral do dia 15 de agosto de 2013, manifestaram necessidade de maiores esclarecimentos a cerca do tema. Prática de gestão democrática da qual não abrimos mão, frente a discussões de questões que envolvam aspectos filosóficos, pedagógicos e administrativos, balizadores da vida nesta Unidade Acadêmica. Desse modo reafirmamos princípios fundamentais que vêm subsidiando a história dos trinta e seis anos da FaE para tal adesão. 1 - A democracia radical, a ousadia e o comprometimento com a sociedade mais justa e fraterna, por meio do compromisso social, com a educação, com o trabalho de qualidade desenvolvido nas Licenciaturas, com a vinculação com as redes de ensino, com a estruturação de um curso de Pedagogia fundamentado nas demandas e exigência da sociedade e sobretudo o entendimento que a educação é um ato político-pedagógico; 2 - A necessidade de uma educação a distância mais próxima à*

concepção de formação de professores preconizada pela Faculdade de Educação, com o intuito de construir tal parceria de forma qualificada e pró-ativa, apontando para que essa modalidade de educação ocorra exclusivamente em nível de formação continuada; 3- A presença efetiva de professores concursados para atuar na EAD, evitando assim a atual precarização no trabalho docente assentado predominantemente em bolsistas; 4 – Uma padronização de critérios das condições de trabalho na modalidade presencial e a distância. Com base nestes quatro princípios a FaE entende que a transição dos cursos do CEAD para as Unidades deve ser implementada de forma gradual e dialogada, mesmo considerando a necessidade e a urgência de uma mudança de gestão que até então vinha sendo implementada. Assim, considerando a afinidade epistemológica dos cursos de Pedagogia e Educação do Campo, ainda que pese o desconhecimento do funcionamento efetivo da EAD, bem como seu futuro funcionamento, a FaE poderá acolher os cursos. Diante do exposto, a FaE apresenta duas condições fundamentais para tal acolhimento: a não abertura de novos pólos e turmas até que a transição seja efetivada e a criação de uma comissão provisória e transitória com assento para as Unidades envolvidas a fim de acompanhar e propor uma nova política de educação a distância dos cursos em andamento junto à Administração Central". A seguir o conselheiro Victor Gonçalves, Diretor do IFM disse que o curso de Matemática a distância havia sido criado de forma pioneira no IFM em 2004. Em 28 de abril o Conselho Universitário o criou e desde aquele momento até 2011 o curso funcionou na Unidade com sucesso, de forma pioneira, com a participação efetiva dos docentes, assim como de outros colegas bolsistas. Em 08 de abril de 2011, quando foi emitida a Portaria 130, que transferiu arbitrariamente os cursos de graduação e pós-graduação em educação a distância, das Unidades de origem para o CEAD, o curso foi retirado arbitrariamente da Unidade, mesmo tendo sete anos de história. A arbitrariedade dessa ação de ser retirado o curso do IFM teve seu ápice no mês de março de 2011, quando o coordenador foi destituído do Colegiado, foi nomeada uma professora, a qual não fazia parte do Colegiado e este foi por completo destituído. Isso feriu obviamente o artigo 107 do Regimento Geral da Universidade. Além disso, em 20 de abril de 2011 a Direção do IFM, após reunião do Conselho Departamental, em 08 de abril de 2011, encaminhou o memorando nº 094 onde, além de enfatizar as ilegalidades citadas, manifestou que a transferência do CLMD feria também o Estatuto no seu artigo 41, parágrafo 2º, que veda a duplicidade de atividades em diferentes Unidades da UFPel. Por fim, foi encaminhado o memorando, esclarecendo o COCEPE, onde foi solicitado que aquele Conselho legitimasse o Colegiado do CLMD, já constituído, garantindo sua posição dentro dos ritos administrativos e decisórios definidos pelo Estatuto e pelo Regimento da UFPel, que desconsiderasse as Portarias supra citadas e seus efeitos, dado que as decisões tomadas não o foram na situação prevista pelo artigo 62 do Regimento Geral, salvaguardado seu parágrafo único, o que fere a alínea 13 do artigo 54 deste mesmo Regimento e solicitou ao senhor Reitor sua revogação, considerando todos os aspectos de ilegalidade mencionados no documento e reafirmou no documento a responsabilidade e a gerência do IFM em relação aos equipamentos destinados ao desenvolvimento do curso e que este fosse reintegrado ao IFM. Tal solicitação foi completamente desconsiderada dentro da Universidade e nunca foi levada a sério. Desde aquela época a Unidade busca a reintegração do CLMD. Durante o período diversas vezes haviam buscado a aproximação com os professores do CLMD, seja para que eles participassem de projetos conjuntos ou que apoiassem suas atividades pedagógicas. É de compreensão sim que o ensino a distância tem suas especificidades, mas não é ortogonal ao ensino presencial. Na realidade, tanto o ensino a distância quanto o presencial têm a ganhar com a sua aproximação. Em reunião de 03 de agosto de 2013, o CD do IFM encaminhou novo documento ao COCEPE, onde manifestou que, com base no princípio da auto-tutela administrativa, súmulas 346 e 473 do STF, solicitaram a imediata anulação, porque ilegais, de todos os atos administrativos que instituíram este estado de coisas, com o objetivo de eliminar todos os seus efeitos e que o curso de Licenciatura em Matemática a Distância fosse reintegrado ao IFM. Consideraram que já havia acontecido todos os contatos necessários entre a Reitoria, IFM e Professores do CLMD, para que a situação fosse exposta e as dúvidas dirimidas. Por outro lado, já existe a deliberação

do Departamento de Matemática e Estatística determinando uma comissão formada pelos professores pesquisadores da UAB, deste Departamento, para estabelecerem um processo de transição que, conforme determinação da Coordenação UAB, se iniciará pela construção de um instrumento de avaliação cognitiva dos alunos do curso. As questões referentes às instalações de recursos materiais que podem advir dessa reintegração devem ser discutidas entre IFM, Coordenação da UAB e Pró-Reitorias envolvidas no processo. Disse que em particular nos últimos meses participaram de reuniões a convite da Administração da Universidade com professores do CLMD e professores do IFM, onde buscaram estabelecer um diálogo, em particular. Após a primeira reunião foi feito um convite o qual foi atendido de realização de uma reunião no espaço físico do IFM. Tamanho é o distanciamento, no presente, da Matemática a Distância, do curso de Matemática presencial e da Unidade na qual estão que muitos destes professores nunca lá estiveram. Não tinham noção dos laboratórios em que os alunos do curso presencial de matemática realizam suas atividades e muito menos as potencialidades disponíveis no curso de Matemática presencial que poderiam ser implementadas no curso a distância. Também nestas reuniões foi manifestado o interesse de que o curso retorne à Unidade e que os professores do CLMD que manifestem interesse de retornar, seriam muito bem recebidos e são bem-vindos, pois entendem sim que eles têm muito a contribuir e nunca depreciaram sua formação, desta forma qualificando o ensino de Matemática desta Universidade que carece de bons profissionais e de boas práticas. O IFM respeita e sempre respeitará as especificidades do ensino a distância e que é a concepção de que a qualificação do ensino de Matemática se dará pela aproximação do ensino presencial e a distância, respeitadas suas particularidades. Por fim, manifestaram que é de concepção que a duplicação de áreas na UFPel gera prejuízo pedagógico e desperdício de recursos humanos, além de ferir o Estatuto. Disse que tinha a manifestar era um claro posicionamento da Unidade de que queriam que o curso de Matemática a Distância estivesse dentro do IFM, pois foi retirado de forma arbitrária, ilegal e não deveria estar dentro do CEAD. Mais do que isso, tinham a opinião muito clara de que o CEAD, como Unidade Acadêmica, não traz nenhum proveito para a Universidade e sim, se cria um feudo em separado dentro da nossa universidade que não qualifica em nada nossas atividades e sim, desperdiça recursos humanos. Logo a palavra foi concedida ao conselheiro Sidney que se manifestou dizendo que diferentemente dos colegas que haviam se manifestado, que têm um a trajetória presencial ligada às áreas a distância e que estavam pretendendo se mover, no ICH eles não tinham nenhum relacionamento presencial com o curso de educação no Campo. Entretanto, houve manifestação subsidiária, no sentido de que os professores do curso de Educação do Campo fossem eventualmente lotados no ICH. Em função desta distância que existe entre a formação presencial e esta formação a distância que para eles é estranha em função de não terem nenhum curso de formação presencial do campo, apesar de terem professores, que por suas trajetórias próprias estejam ligados à educação do campo, eles necessitavam seguramente de mais tempo para a discussão desta proposição, caso viesse a se efetivar a extinção do CEAD e a relotação destes professores para o ICH. No mesmo sentido disse que gostaria de dizer que não houve, até aquele momento, nenhuma manifestação formal por parte dos professores lotados na Educação do Campo ou do CEAD, no sentido de que isso ocorresse. Disse que queria manifestar que o seu posicionamento era subsidiário nesta proposta, pois nunca estiveram envolvidos e nenhum professor havia manifestado formalmente este interesse. Apenas haviam recebido algumas visitas informais por parte de professores para saber da receptividade que haveria por parte do Instituto e o Conselho Departamental havia sido instado a se manifestar em relação ao assunto, mas ficara aguardando a manifestação formal para que pudesse, efetivamente, se manifestar sobre uma proposta e não de uma conversa que havia acontecido informalmente. De qualquer maneira, há um posicionamento da Unidade no sentido de que pedagogicamente não entendiam nenhuma contribuição da atual estrutura do CEAD e que a inclusão dos professores nos Departamentos ou em outros Departamentos seria salutar para a vida pedagógica da Universidade, mas entendiam que esta discussão deveria ser aprofundada e por isso entendiam que tinha sido positivo terem avançado na discussão sobre o assunto, pois iriam necessitar avançar na decisão e precisavam de subsídios para isso. O

encaminhamento do Instituo era mesmo no sentido de que pudessem ampliar esta discussão. Disse que já havia sugerido após reunião com a Reitoria de que as Unidades envolvidas pudessem sentar à mesma mesa que a Reitoria e os professores envolvidos neste processo, para discutirem o assunto ao invés de simplesmente trazer uma Resolução que havia sido fruto muito mais de conversas do que de debates propriamente ditos, porque efetivamente debates não ocorreram, pelo menos em nível que desejariam que tivesse ocorrido no ICH. Se houver de alguma maneira de afetar a própria estrutura do Instituo em função de relotação de professores, que para eles eram estranhos aos cursos presenciais existentes, precisariam aprofundar mais o debate. Além de discutir a questão da extinção do Centro, a relotação dos professores precisava ser melhor discutida, como foi na Faculdade de Educação. Apesar de que a Diretora da FaE ter demonstrado interesse de acolher plenamente os dois cursos, o ICH também estava aberto para o acolhimento dos professores do curso de Educação do Campo, se houver alguma manifestação nesse sentido, precisando apenas de tempo para aprofundar esta discussão. Com a palavra, o conselheiro Luis Amaral, Diretor do CLC, pediu desculpas, pois sua fala seria de improviso, visto que a reunião do seu Centro havia acontecido pela manhã e não havia feito nenhum documento para levar, mas faria o relato do que havia acontecido na reunião. A decisão do Centro não tinha nenhuma relação com a extinção do CEAD e sim manifestaria o desejo do CLC no sentido de acolhimento dos professores do curso de Espanhol a Distância. Disse que na sua origem o curso havia sido gestado por professores que estavam originalmente lotados na Faculdade de Letras e depois relotados no CEAD, sendo que no futuro poderiam retornar ao CLC, se assim fosse decidido pelo Conselho Universitário e se assim fosse o desejo dos professores. A partir da documentação enviada pela Reitoria, entendiam que era salutar a presença dos professores, pela lógica, pela filosofia de como os professores do CLC entendem que devem ser as práticas pedagógicas associadas a isso, o que quer dizer que cursos que tenham relação com o ensino de Línguas devem estar lotadas na área e professores que trabalham na área devem estar em convivência para que haja um desenvolvimento profissional adequado, permitindo que façam pesquisa, ensino, extensão e administração no local. A posição do CLC é nessa direção, pois entendem que é inaceitável que professores de outras Unidades ministrem disciplinas que são relativas à sua área e isso deve ser comum a todas as áreas. Nesse sentido, desejavam a ida do curso de Espanhol a Distância para o CLC e parecia que o grupo ligado ao curso de EAD também estava disposto a ir para o Centro, dando a entender que a conversa se daria em um nível bastante cordial. Disse que endossava a palavra dos demais Diretores, sobretudo da Professora Lúcia Peres, no sentido de que isso precisava ser feito de maneira adequada, com calma e transição que possibilitasse que o processo fosse da melhor forma para todos, pois temos problemas que advêm desta decisão. A parte técnica das mudanças deveria ser garantida pelo Conselho e, além disso, os professores que irão trabalhar na EAD deverão estar ligados na formação de sua origem à área de atuação de cada Centro. Deve ser garantido que as Unidades recebam professores que tenham algo a contribuir no sentido de melhorar as relações, porque em uma discussão que estavam tendo nas comissões de vagas docentes, o número de professores das Unidades terá um peso efetivo, a partir da elaboração de uma matriz, no sentido de determinar para onde iriam as vagas futuras e para isso os docentes das Unidades devem possuir formação nas áreas que a Unidade oferece. Seria importante considerarem estes pormenores para o momento das definições. Outro fato a pensar seria o fato de, no momento da ida de um curso de EAD para uma Unidade, estudar uma revisão do projeto Político Pedagógico comparado com o curso presencial, visto que são dois projetos de formação de professores completamente diferente, necessitando de uma aproximação dos dois métodos. A proposta do CLC se resumiu a isto e se o Conselho Universitário conseguisse garantir que essas condições pontos poderiam se dar, o CLC era favorável à transferência do Curso de Espanhol a Distância do CEAD para aquele Centro. O senhor presidente concedeu a palavra para mais alguns conselheiros que fizeram pedido de esclarecimento sobre o tema e a partir de então passarem para uma posterior deliberação. A conselheira Vanessa se manifestou dizendo que no dia anterior recebera juntamente com a professora Celeste uma correspondência da Professora Salazar, bastante extensa (4 páginas),

que solicitou ser enviada via email para os conselheiros. Solicitou que constasse em ata que o documento havia sido apresentado ao Conselho. A conselheira Márcia Pinto falou no sentido de que a Faculdade de Odontologia não estava se habilitando a fazer ensino a distância, mas a preocupava ao ouvir os Professores falarem, pois a ela parecia que havia uma questão complicada no início do CEAD. Via que o Centro não havia se extinguido no seu objetivo e na sua meta e sim por conta das relações dentro do próprio Centro. Via isso como um problema administrativo que estava levando ao final daquele Centro. Perguntava-se qual seria a questão de fundo que estava colocada nisso e o que seria melhor para a Universidade. A fala do Professor Luis a esclarecera um pouco, mas gostaria de ter uma posição da Pró-Reitoria de Graduação no sentido do que seria melhor para a Universidade e para os alunos do ensino a distância, porque via o CEAD com um alcance social muito grande e a Universidade teria que cumprir este papel. Não tinha condições de avaliar se esse papel seria cumprido de melhor ou pior forma se os professores do CEAD ficassem junto com as Unidades. Isso não era o mais importante. O mais importante seria discutir a questão de fundo que estava colocada nisso. Como manteriam esse grande alcance social que o ensino a distância tem, dentro destes outros moldes, pois o problema que via não era o EAD em si e sim que a Administração do CEAD levou a esse impasse que estava colocado. Não era contrária à manutenção e nem à extinção do CEAD. Apenas pensava que deveriam ter uma preocupação em fazer uma reflexão muito séria sobre a nossa importância enquanto ensino a distância. Via que isso era uma coisa fundamental e ficava preocupada se este período de transição ou mesmo depois, por conta de adaptação aos projetos pedagógicos, esse ensino tenha que diminuir e acreditava que a Universidade deveria investir, pois este era um tipo de ensino que deveria crescer. Resumindo: Sua preocupação não era com relação a manter ou não o CEAD e sim manter o EAD com qualidade e que isso seja aumentado, que isso realmente um investimento da Universidade. Reforçou que este tinha grande alcance e este era um compromisso que a UFPel deve ter. O Conselheiro Eduardo Osório disse que como representante da comunidade não tinha grande conhecimento do assunto, mas como tinha grande bagagem docente, poderia se manifestar e via com grande espanto que este assunto não havia passado por análise do COCEPE. Nisso tudo havia uma questão técnica e não era apenas contas de somar ou multiplicar e quem deveria avaliar eram as diferentes Unidades e professores. Porém se tivesse que passar por uma opinião que fosse conciliadora de tudo o órgão correto deveria ser o COCEPE e chegaria ao CONSUN após avaliado pela CLN. O conselheiro Alexandre Gastal se manifestou na mesma linha da conselheira Márcia, pois acreditava que o relato do Professor Luis havia feito sobre uma série de problemas que os professores estavam passando por limitações de suas atividades, mas estes não seriam argumentos que o sensibilizariam para votar pela extinção do CEAD, pois mesmo sendo verdadeiros estes argumentos falam de uma má gestão e isso era problema da troca de gestor e não da extinção da Unidade. Acreditava que o que estava faltando para sua convicção seria a contraposição de argumentos sobre o que era melhor do ponto de vista da Universidade, do ponto de vista do avanço do EAD dentro da Universidade. Esses argumentos não chegaram com a consistência que deveriam ter vindo de nenhum dos lados interessados. Questionava-se se não estavam apenas trocando "cria-se o CEAD para depois ver no que dá" por "extingue-se o CEAD para depois ver o que acontece". Deveriam existir propostas mais concretas. Existem peculiaridades que exigem que tratassem disso como um pacote fechado. Lendo os termos da Resolução perceberiam que era apenas um tratado de intenções, mas temia que estivessem extinguindo para depois tratar de ver como funcionaria como já havia sido feito tantas vezes nos últimos anos e mais tarde estarem diagnosticando problemas, como havia manifestado o conselheiro Victor em sua fala. Estava faltando foco no debate que os convencessem de uma posição. O conselheiro Luiz Brettas disse que seguiria o mesmo caminho de colocações dos demais conselheiros. Perguntou como se sentiam, por exemplo, os Diretores da FAEM, FaMed e outros que eventualmente fossem obrigados a enviar seus cursos para o CEAD. Disse que havia uma grande confusão para as pessoas que não conheciam bem o que acontecia na UAB. Relatou que tinha uma longa história e não iria se alongar, mas pincelaria alguma coisa, pois tinha um contato desde 2004 e poderia colocar muitas coisas que aconteceram, mas estas coisas

M.

criariam um mal estar e talvez este acabasse acontecendo de qualquer forma em função das manifestações que têm sido divulgadas entre alguns conselheiros, pois existe muita coisa mal contada no Centro e se via obrigado a se comunicar por email para citar fatos, dos quais tem provas, no sentido de esclarecer os conselheiros. Sobre o funcionamento dos cursos, os professores deveriam continuar trabalhando nos mesmos, mas em relação à estrutura, o que defendiam enquanto gestão era a ingerência de como seriam conduzidos os cursos ao longo dos próximos semestres, até finalizarem as turmas atuais. Essa estrutura iria continuar existindo e o funcionamento seria possível, sem problema algum. Existe uma política da CAPES, já de muitos anos, e as vagas que haviam sido oferecidas e que acabaram sendo colocados no CEA, não eram oferecidas para esta finalidade. O MEC e a SEAD e a CAPES, em tratativas conseguiram uma liberação de vagas para a UFPel, como conseguiram para as Instituições Federais do país inteiro, que estavam envolvidas com a UAB, e que poderiam utilizar estas vagas como acreditassem melhor. Não era necessário que fossem destinadas obrigatoriamente para a EAD e sim, se fosse decidido que seria melhor destinarem para este fim seria ótimo, mas que não fizessem concursos ou seleção de professores com a exigência de trabalho específico na EAD. Esta era uma orientação muito clara. Havia participado de várias reuniões com o Secretário da EAD do MEC, com o Diretor Geral da CAPES no Departamento de EAD e foram muito claros e incisivos neste ponto. Quase havia sido xingado por acreditarem que ele era representante deste processo, o que na verdade haviam lutado muito contra e o Professor Mauro era testemunha, por ter participado de diversas reuniões do Colegiado da Matemática, que a princípio eles eram contrários à implantação deste procedimento de lotar professores especificamente para a EAD e haviam sido voto vencido e a briga havia sido muito longa. O quadro era que não iria ocorrer no momento em que os cursos forem transferidos para as Unidades onde deveriam estar não vai acontecer uma ruptura e este discurso estava sendo veiculado tanto entre os alunos, quanto entre tutores e professores pesquisadores, que são os bolsistas, para tentar minar um processo que é natural, onde os cursos deveriam estar funcionando nas Unidades em cujas áreas estão mais relacionados. A conselheira Tereza Fuji disse que estava entendendo um pouco a situação, mas ainda tinha muitas dúvidas, pois se o processo não havia se iniciado naquele momento e vinha se desenrolando há mais tempo, porque a Comunidade não tinha conhecimento há mais tempo? Disse que pelas falas que ouvia parecida que o CEAD era algo que estava desvinculado do todo. Havia sido muito elucidativo ouvir as colocações de todos que haviam se manifestado, mas queria saber se a comunidade dos cursos em questão haviam sido ouvida e como estavam sendo envolvidas no processo. Disse ter recebido duas cartas, uma favorável e outra contrária, mas ficavam todos muito confusos para votar o assunto, pois deveriam ter mais subsídios de como o processo estava se dando. Tinha uma posição igual a do conselheiro Gastal, pois não sabia qual era o objetivo e acreditava que deveriam ter uma discussão maior que incluísse a comunidade. A seguir, o senhor presidente abriu espaço para que os conselheiros Victor e William prestassem esclarecimentos sobre o assunto abordado. Inicialmente o conselheiro Victor disse que, respondendo ao conselheiro Gastal, a experiência do IFM com relação ao EAD era que a separação do curso de Matemática a Distância do IFM foi prejudicial para a área de Matemática. O histórico de evolução na qual havia se criado uma estrutura em paralelo que atualmente se diferenciava na forma ortogonal do curso presencial de tal forma que o estudante que embora recebesse o certificado em Licenciatura em Matemática pela UFPel, igualmente, a formação era totalmente distinta e não havia como um aluno do curso presencial complementar seu curso na forma a distância, por algum problema ocasional em sua trajetória, e o mesmo aconteceria se acontecesse ao contrário. Este distanciamento foi prejudicial para ambos. Também o CEAD como estrutura independente não lhes permitia pela sua estrutura, utilizar todas as técnicas e especificidades ou instrumentos que o ensino a distância era tão importante para todos. O EAD separado da Unidade Acadêmica traz prejuízo para a cidade e para a sociedade e isso era o que balizava a decisão do IFM em relação ao ensino de Matemática a Distância. Respondendo à pergunta da conselheira Tereza disse que em relação ao envolvimento dos professores com a Comunidade, ainda existiam professores do IFM que no momento recebiam bolsa para atuar no CEAD, entretanto, em

momento algum, lhes era dado acesso e não havia sido permitido estabelecer diálogo com o grupo da EAD. No momento em que houve esta separação arbitrária foi fomentada a discórdia de tal forma que permitiu que fosse construída uma estrutura totalmente independente e nunca foi buscado aproximar e existem várias solicitações de professores de lá que desejam ser lotados no IFM, o que foi negado pelo CEAD. Na reunião que ocorreu com os professores, foi percebido que vários deles não conheciam o IFM e nunca tinham chegado ao Campus Capão do Leão e ao conhecer manifestaram interesse em ir para o IFM, participar e contribuir com o curso presencial, pois sentem esta falha na sua formação. Com relação aos estudantes a participação do IFM é muito limitada, pois eles não têm acesso ao sistema. Como o aluno é a distância, realmente no presente o aluno está muito vinculado ao sistema que é utilizado pelo sistema pedagógico que é distinto do projeto pedagógico presencial. O conselheiro William disse que faria esclarecimentos em relação aos alunos, pois acompanhando de perto a avaliação de alguns professores, se preocupava com a visibilidade da nossa Universidade lá fora. Uma das coisas que via os alunos colocando, que o preocupava muito, era o fato da "Universidade Falsa para os cursos de Licenciatura". Não existe equivalência entre as duas modalidades. Existe uma distância muito grande entre as duas. São várias coisas que o levavam a pensar do porquê não devolver o curso para o IFM de onde professores competentes iniciaram o curso a distância. Achava interessante a colocação dos conselheiros Gastal e Márcia ao perguntarem o que a UFPel quer com o ensino a distância. A preocupação principal era com o ensino, a pesquisa e a extensão e era esta a bandeira defendida por todos e não o poder. A seguir a Pró-Reitora de Graduação se manifestou dizendo que ficava feliz pela colocação dos conselheiros e poder se manifestar sobre o assunto. Disse que tinham conversado muito desde o início da gestão, com os Coordenadores da EAD que a procuravam muito na Pró-Reitoria e em reunião geral que acontecera com Diretores e professores, onde a preocupação maior era esclarecer que pretendiam qualificar o ensino a distância na UFPel com a proposta do CPED. Pretendiam qualificar todos os cursos a distância na UFPel, desde os já existentes até os que porventura vierem a ser criados em outras Unidades. Com a nova legislação poderiam dispensar 20% da carga horária dos cursos presenciais, para oferecer a modalidade a distância. Isso não tem sido feito pela origem da formação desses cursos, que é o que estavam discutindo naquele momento e isso precisava ser dito e colocado: lá atrás havia sido feito com falta de debate sobre colocar na UFPel a modalidade a distância. Essa responsabilidade é que tinham o comprometimento em fazer. Tinha muita sensibilidade em ouvir todos os segmentos, pois muitos professores estavam trabalhando há muito tempo naquele formato e na Unidade Acadêmica para que foram concursados pela UFPel e isso deve ser respeitado e ouvido. É com essa sensibilidade que pretendem fazer essa transição a ponto de abrir portas para uma nova ferramenta que estará sendo agregada e qualificando os cursos presenciais. É essa visão que tinham e estavam colocando incisivamente e era muito pertinente. Existe uma comissão de transição, mas esta somente será instalada plenamente após a autorização do Conselho Universitário. O que podia dizer era que tinham pensado isso reiteradamente e no momento já tinham uma Coordenadora Pedagógica a Distância além do gestor da UAB e essa coordenação já estava trabalhando em conjunto com as discussões da Coordenadoria de Ensino e Currículo da PRG e queriam firmar cada vez mais, a partir da criação do CPED, essa relação e o debate, tanto para os cursos presenciais tanto para os cursos a distância. O conselheiro Carlos Mauch se manifestou dizendo que se sentia bastante contemplado pela fala da conselheira Fabiane, mas gostaria de fazer um esclarecimento para o conselheiro Eduardo Osório, pois regimentalmente a criação das Unidades Acadêmicas são função deste Conselho Superior e somente deste. A criação de novos cursos regimentalmente é a partir de uma proposição do COCEPE, criado pelo CONSUN. A ele estranhava algumas coisas e queria fazer eco à voz do conselheiro Victor: a Portaria que transferiu o CLMD ao CEAD não tem nenhum valor legal, pois foi decisão do Reitor e nem o COCEPE nem o CONSUN foram ouvidos, mas decidimos debater este tema com os Conselhos, mas a rigor, basta o Reitor tornar sem efeito esta Portaria, porque ela não tem base legal. Este é um fato com base no Regulamento que temos. Estes são os fatos e esta discussão independentemente da legalidade, ela deveria ter sido debatida por dentro do COCEPE que foi

desrespeitado, porque a discussão acadêmica é matéria do COCEPE e nenhuma discussão acadêmica se deu dentro deste Conselho, porque a questão de fundo da educação a distância, que é uma modalidade de ensino, é pedagógica e ela não pode estar desvinculada do ensino presencial e atualmente ela está. O que o professor, que defendeu a extinção do CEAD fez, foi uma argumentação com base no sofrimento que ele vive, na percepção dele. Não é esta a questão da Administração. A nossa questão é de fundo pedagógica, como a professora Fabiane levantou, que nós precisamos qualificar o EAD. Ele disse que custava imaginar o curso de Medicina sem médicos, um curso de Agronomia sem agrônomos ou um curso de Direito sem advogados. Este conselho toleraria isso? Pois temos um curso assim na Universidade, que está formando pessoas e temos a responsabilidade de pensar sobre isso e temos mais: nós temos outros tantos cursos que a competência dos professores que estão lá não são aquelas para as quais o curso tem sua finalidade. Não é só na Pedagogia. E esta matéria é relativa ao COCEPE sim. Da discussão acadêmica, mas a decisão sobre a definição de Unidade Acadêmica compete a este Conselho. Eles não são desvinculados. Aliás, eles deveriam trabalhar sempre em conjunto e muitas vezes não trabalharam. Temos que resgatar isso e temos que resgatar com a responsabilidade de qualificar o ensino a distância nesta Universidade, que cumpre um importante papel social de inclusão. Não pode estar desvinculada e ser a revelia dos cursos presenciais e da discussão pedagógica por dentro deles. A Universidade não pode se furtar a esse debate, porque isso não é sério e isso não é feito assim em nenhum lugar do Brasil. Disse que esteve com a direção da CAPES, que trata de EAD aqui e eles não entendem como a Universidade faz EAD, porque é a única universidade brasileira que faz nesta modalidade, desvinculada e por fora da discussão pedagógica dos cursos presenciais. Se queremos esta concepção de EAD nós temos ela no momento e ele, como presidente do COCEPE, não queria e iria defender que estas discussões se dêem por dentro dos cursos presenciais com muita seriedade, responsabilidade e com as competências estabelecidas para que efetivamente conseguissem qualificar o ensino a distância que é uma belíssima ferramenta sim, inclusive de inclusão. E essa discussão era deles e não queriam tornar sem efeito uma Portaria que não vale e sim discutir com o Conselho, com a responsabilidade dos dois Conselhos. Queriam construir uma educação presencial e educação a distância muito melhor que a que temos. Não podemos acomodar com o conceito empresa na graduação. Temos que buscar um agrupar o presencial e a distância. Não temos que trabalhar com quarenta pólos esparramados por todo o RS e fora dele. Temos que ver efetivamente com as outras IFES do RS e região, qual é nosso papel em uma discussão em conjunto com outra IFES para discussão de EAD e para qualificação desses pólos. Temos pólos com problemas gravíssimos, pois a contrapartida dos Governos Municipais é muito ruim. Temos que discutir isso, pois é uma ilusão imaginar que quarenta pólos por serem esse número incluem. Não incluem pela qualidade, pela contrapartida, pela concepção de EAD que temos atualmente. A responsabilidade é do COCEPE e do CONSUN. A conselheira Luciane Kantorski solicitou que para a próxima reunião trouxessem dados de como estava a certificação dos cursos a distância e como estava a avaliação. A seguir o senhor presidente passou ao **Item 09**: Recredenciamento da Fundação Delfim Mendes Silveira – FDMS como Fundação de Apoio. O senhor presidente, por solicitação de um conselheiro, sugeriu que deixassem a análise do item para a próxima reunião. **Item 10**: Recomposição da Comissão de Legislação e Normas – CLN. Foram sugeridos os nomes dos conselheiros: Alexandre Fernandes Gastal, João Paulo Voltan Adamoli e Bruno Baquini da Silva Martinelli. Colocados em regime de votação os nomes foram aprovados, com três (03) abstenções. **Item 11**: Constituinte Universitária. O senhor presidente que na última reunião ele e o Vice-Reitor haviam se proposto a retornar esse tema ao Conselho e era o que estavam apresentando neste item. Disse que haviam feito debate com os representantes dos três segmentos da Universidade e foi solicitado um tempo maior para realizar assembléias, o que havia acontecido na terça-feira anterior à reunião. Foram apresentados destaques da proposta e logo após iniciaram as discussões gerais. O conselheiro Fabio Cerqueira sugeriu que este assunto fizesse parte de uma pauta única. Disse que acreditava que o termo Constituinte englobava projetos muito extensos para serem debatidos conjuntamente, pois incluía reforma de Estatuto, Regimento, PDI e

Projeto Pedagógicos. São muito específicos e pelo tipo de demanda que eles exigem é solicitar demais serem discutidos ao mesmo tempo, mesmo porque eles possuem tempos diferentes para vigorar. Disse que tinha dúvidas em pensar nisso como Constituinte. Antes de debater pontos específicos, deveriam pensar outras alternativas de metodologia. Os quatro temas não deveriam ser deliberados por uma comissão única. A conselheira Celeste disse que como representante dos professores assistentes e juntamente coma conselheira Vanessa haviam feito reunião com seus pares e fez o relato do que havia sido retirado da reunião. Solicitou a permissão para que o representante da ADUFPEL fizesse sua fala em relação à posição dos docentes. Disse que o parecer da reunião foi muito parecido com o pensamento do conselheiro Fabio. Não havia necessidade de decidir em um mês. Deveriam começar com os seminários antes de discutir a proposta metodológica. O conselheiro Alexandre Gastal se manifestou no sentido de solicitar ler o que havia escrito a respeito da proposta apresentada: "*1) Avaliação da proposta apresentada: Estou de pleno acordo com os pressupostos à proposta apresentada pela Reitoria para o desencadear do chamado Processo Constituinte. De fato é urgente que a UFPel de maneira autônoma e democrática fosse capaz de readequar suas normas, para readequar-se de modo que cada qual dos sujeitos que fazem e vivem a Universidade reconheça-se no rol dos princípios que darão sustentação aos novos Estatutos, Projeto Pedagógico e Plano de Desenvolvimento. Entretanto divirjo da metodologia proposta. Divirjo justamente por que penso que ela não era a melhor alternativa para que se atendesse os propósitos e pressupostos expressos na proposta apresentada. Não é a mais apropriada, não é a mais razoável, não é a mais democrática. Elenco aos colegas, o que a meu juízo são alguns dos seus senões. a) terceiro turno: há pouco mais de oito meses concluía-se com a eleição do atual Reitor por este Conselho um processo democrático de eleição dos nossos dirigentes que se iniciou em maio e acabou em dezembro de 2012. Não me parece que seja conveniente restaurar o embate eleitoral tão recentemente superado. Acho ao contrário, que o momento é mais de unir esforços para que as coisas aconteçam do que momento de religar holofotes, pavimentar candidaturas, marcar posições, etc.; b) a falta de protagonismo do Conselho Universitário: nos mais diferentes momentos no trato dos mais variados assunto é recorrente entre nós todos o diagnóstico de que boa parte dos problemas que a Universidade viveu e vive explica-se pela omissão deste Conselho. Nós não debatemos no passado o que tínhamos de debater, não exigimos no passado o respeito que nos negaram. A verdade é que há muito este Conselho abdicou do protagonismo que deve ter como Órgão máximo da Universidade. A proposta apresentada para debate é de que o Conselho Universitário, ao início do processo, outra vez abdique da competência que legal e estatutariamente lhe cabe. Dirão que não se trata disso, pois que, ao final do processo, caberá ao CONSUN a aprovação das novas normas. Formalmente é correto. Materialmente, entretanto, a verdade é que a proposta implica que cada conselheiro abdique de sua competência, dispa-se do compromisso com aqueles a quem representa aqui e assuma, a priori, o compromisso moral de referendar o produto resultante do trabalho das quarenta e cinco pessoas eleitas. No entanto, dificilmente os quarenta e cinco eleitos comporão um grupo tão plural e tão bem informado sobre as grandes questões da Universidade quanto é o Conselho Universitário. Aqui estão representados todos os atores da cena acadêmica: a Administração Central, todas as Unidades, os Colegiados de Cursos de Graduação e Pós- Graduação, Docentes, Técnicos, Alunos, gente absolutamente preparada para formular uma proposta de Estatuto. Numa eleição muito mais de nomes do que de propostas, numa eleição provavelmente marcada pela ressurreição dos embates recentes ou pela formatação das estratégias para o próximo, o que assegura que o grupo de quarenta e cinco eleitos terá mais e melhores condições que este Conselho de apresentar um projeto para a Universidade? O que nos assegura isso a ponto de que devamos cada um de nós abdicar de nossas funções e outorgar um cheque em branco a cada um dos quarenta e cinco eleitos? O que assegurará a cada eleitor projeto a ser construído pelos quarenta e cinco eleitos, projeto com o qual este Conselho estará prévia e moralmente comprometido será coerente com as aspirações da Comunidade Acadêmica? Também não acho razoável que as entidades de classe, especialmente aquelas de cunho sindical como ADUFPEL e ASUFPEL tenham papel*

proeminente no processo da Estatuinte. Não vejo porque devam integrar à comissão eleitoral e assumir papel de protagonistas no processo. Por óbvio que serão bem vindas as contribuições que tragam ao debate, mas a condução do processo deve estar exclusivamente a cargo de instâncias da própria Universidade. A elaboração de um Estatuto, de um Projeto Pedagógico e de um Plano de Desenvolvimento não precisa e não deve dar-se sob a luz dos interesses corporativos, ainda que justos, que a tais entidades caiba defender. A partir do diagnóstico de tais inconveniências na proposta oferecida, exponho aos colegas o que me parece uma metodologia mais adequada: 2) O processo da Estatuinte na proposta que lhes apresento: a) o Conselho Universitário elege dentre os conselheiros uma comissão paritariamente composta por, por exemplo, cinco docentes, cinco técnico e cinco discentes a qual incumbirá a construir uma proposta de um novo Estatuto. Para a construção de tal proposta a comissão estará incumbida de buscar informação sobre as experiências de outras instituições de ensino superior, bem como organizar audiências públicas, debates e outras atividades do gênero tal qual proposto na idéia da Administração. A pauta de tais eventos e os palestrantes e debatedores que deles participarão serão definidos pelo CONSUN, ainda que haja sugestões de fora; b) elaborada a proposta pela comissão, ela será submetida à deliberação do Conselho Universitário, devendo ser aprovada pelo voto de dois terços de seus membros; c) aprovada a proposta pelo CONSUN abre-se oportunidade para apresentação de críticas e sugestões por parte dos Órgãos Colegiados da Universidade e de quaisquer sujeitos da Comunidade Acadêmica; d) submetidas tais críticas e sugestões ao exame do CONSUN, este aprova o texto final também pelo voto de dois terços dos seus membros; e) como última etapa do processo, o texto aprovado no CONSUN é submetido a referendum de toda a Comunidade Acadêmica. A alternativa proposta a meu juízo é melhor porque: 1º) assegura a paridade na composição do órgão incumbido de formular a proposta de Estatuto em uma composição tripartite; 2º) preserva a competência do CONSUN e assegura-lhe a posição de condutor de todo o processo. Um processo Estatuinte não é responsabilidade da Reitoria e nem das entidades de classe, mas de toda a Comunidade Acadêmica, portanto deve ser capitaneado pela instância máxima da Universidade. Único Órgão onde toda a Comunidade Acadêmica estará de fato representada; 3º) preserva-se a institucionalidade do processo; 4º) é mais democrática porque subordina a vigência do novo Estatuto à aprovação de toda a Comunidade Acadêmica ao invés de exigir dela que outorgue uma carta branca a quarenta e cinco eleitos, cujo trabalho não se submeterá a controle algum nem por parte do eleitor, que não será mais consultado, nem por parte do Conselho Universitário, cujos membros estarão moralmente comprometidos a aprovar, sem reflexão, o que vier de tais quarenta e cinco eleitos". Disse que deveriam ter responsabilidade enquanto Conselho Universitário de levar adiante a primeira etapa do processo e havia se animado a formular esta proposta justamente em função das experiências positivas que tinha testemunhado tanto no CONSUN, com a maturidade, com a qualidade dos debates que tinham acontecido, quanto nas discussões dos Diretores em relação às matrizes orçamentárias, docentes e técnicos onde tinha percebido uma boa vontade geral, um bom senso geral ainda que divergissem em um ou outro ponto, todos estavam empenhados em construir uma solução boa para a Universidade. Acreditava que não precisavam abdicar da competência no sentido técnico da palavra, mas da competência de todos os conselheiros no trato das questões importantes da Universidade e achava difícil que o órgão que viesse a ser eleito tivesse a qualidade que todos os colegas tinham e o conhecimento que todos tinham da Universidade. Depois ao invés de submeter ao eleitor apenas a escolha de nomes, que por mais que a proposta da Reitoria exija a apresentação de carta de intenções à semelhança do que acontece na eleição para Reitor, sabiam que era difícil que ali houvesse algo de muito concreto, pois não haveria debates e era difícil de que o eleitor soubesse com que propostas cada grupo estava realmente comprometido. Ao invés de exigir do eleitor que elegesse nomes e depois perdesse o controle sobre o resultado do trabalho desses nomes, apresentariam o eleitor e a toda a comunidade a proposta. A seguir, a palavra foi concedida à conselheira Laura que se manifestou dizendo que após a reunião a Reitoria havia convocado para conversar com as entidades mesmo com o adiamento da mesma eles não haviam conseguido enquanto representação estudantil se sentir confortáveis para votar

na proposta da metodologia da Constituinte, pelo motivo de que mesmo sendo duas semanas antes ou no momento, era final de semestre e para qualquer estudante desta Universidade e acreditava que também para os professores era extremamente complicado que conseguissem reunir e dialogar da maneira da maneira que deveriam com os estudantes. Haviam chamado o Conselho de Diretórios Acadêmicos com outra pauta e tiveram de fazer nova chamada que havia ocorrido no dia anterior e neste Conselho de Centros de Diretórios Acadêmicos não obtiveram quórum (metade mais um) e mesmo assim tiveram uma conversa, pois seria saudável terem alguns apontamentos, mas mesmo assim nesta reunião haviam chegado à conclusão de que era muito complicado o DCE defender ou votar alguma proposta nesse momento, sem ter tido o quórum para um dos Órgãos deliberativos da entidade. Iriam ao encontro da fala da conselheira Celeste, no sentido de necessitarem de mais tempo, até mesmo porque cada categoria tem a suas peculiaridades e a categoria dos estudantes tem a peculiaridade de que decidir ou ter um debate amplo, necessita de muito tempo e debate que seja em período letivo e não no período de exames e nem em final de semestre. De pronto o senhor presidente voltou à solicitação da conselheira Celeste que havia pedido espaço para manifestação da ADUFPEL. Consultou os conselheiros se poderiam abrir um pequeno tempo para manifestação da ADUFPEL no que dizia respeito à sua manifestação. A conselheira Márcia Bueno disse que tinha dúvida se poderiam abrir um espaço para a ADUFPEL entrar em outro tema, ao que o senhor presidente respondeu que se tratava do mesmo tema. A seguir foi concedia a palavra ao Professor Eduardo Luis Barbin, representante da Faculdade de Odontologia na ADUFPEL, para fazer sua manifestação: disse que haviam feito uma assembléia geral em setembro e iria tentar ser fidedigno com o que havia sido definido na reunião pela assembléia geral. Foi decidido pelo voto, que a ADUFPEL solicitaria uma abertura de espaço para o representante ou para a Associação nesta discussão da Estatuinte, com o objetivo de debater alguns pontos como, por exemplo, a metodologia da Estatuinte, porque a ADUFPEL entendeu nas discussões que vários pontos da metodologia necessitavam ser discutidos e, se possível, alterados. Debater o conteúdo político, ideológico, pedagógico e filosófico contido no texto de apresentação desta Estatuinte, porque no debate da assembléia geral da ADUFPEL entenderam que o texto da Reitoria que esclarecia sobre a metodologia ou fazia uma introdução sobre esta Estatuinte, ele continha diretrizes, direcionamentos filosóficos ideológicos e que isso precisava ser discutido e se possível iniciar esse processo sem nenhum posicionamento ideológico. Exigir um posicionamento da Reitoria sobre os encaminhamentos da ANDIFES contidos na sua lei orgânica das Universidades Federais que antes de iniciar esse procedimento que é a Estatuinte, que, portanto, a Reitoria se manifestasse, se posicionasse com relação à Lei Orgânica da ANDIFES com relação às Universidades Federais, pois ela poderia influenciar esse processo. Solicitar, concluindo, que nada fosse votado antes de um amplo debate principalmente com relação à metodologia dos trabalhos. Por fim, a assembléia também entendeu que o assunto da EBSERH era prioritário e deveria ser discutido antes do assunto Estatuinte. O senhor presidente disse que quanto aos esclarecimentos que haviam feito quanto à Lei Orgânica poderiam ser feitos oportunamente inclusive ao CONSUN, por ser muito importante. A seguir concedeu a palavra ao conselheiro Edar Añaña, que iniciou sua fala dizendo de sua surpresa quando constatou que a Reitoria havia enviado alguns convites às duas entidades sindicais para que intermediassem, encaminhassem ou que se portassem como protagonistas desse processo antes mesmo do CONSUN decidir a metodologia. Ficara um pouco surpreso, não que o Reitor precisasse de sua outorga para se reunir com os sindicatos, mas na última reunião haviam recebido a proposta de metodologia, ficaram de estudar e na próxima reunião encaminhariam discussões, destaques, como estavam fazendo naquele momento. Portanto, qualquer iniciativa no sentido de legitimar a presença de dois sindicatos, duas entidades privadas, na condução dos destinos da Universidade precisaria no mínimo ter colhido a outorga do Conselho. Acreditava que havia acontecido um avanço um pouco precipitado. Disse que o conselheiro Gastal havia sido muito feliz em sua fala quando pontuou algumas questões referentes ao método que a ele também preocupava. Esta questão de voltar à discussão política, a fazer efervescer novamente a Universidade no momento em que recém estavam sedimentando o caldo e que tantos processos

ainda estavam carentes de ser completados, nas políticas de longos prazos, como orçamentos, matriz docente, projetos pedagógicos, a questão da privatização do hospital, enfim, *ene* coisas. Tudo o que não precisavam era parar a Universidade para ficar debatendo em praça pública , ideologicamente, sedimentando plataforma pensando em eleição para Reitor ou coisas semelhantes, pois seria um desperdício de tempo, energia e oportunidade. A ele preocupava também a questão da terceirização das atribuições do Conselho. Também aqui o conselheiro Gastal havia sido muito feliz quando disse que o Conselho durante muito tempo havia abdicado de sua soberania e agora, a proposta que vinha da Administração ia exatamente no sentido da privatização das atribuições do Conselho, propondo, antes de mais nada, entregar entre outros parceiros, a condução do processo a duas entidades privadas que têm interesses próprios e que fazem muito bem e defendem com propriedade os interesses dos seus filiados e é assim que tem que ser, pois sindicatos existem para isso, mas são entidades privadas e se nós somos contra a privatização da saúde e o próprio Reitor foi contra por um certo tempo, nossa atribuições, pois não podemos privatizar o Conselho, e este deve debater com cuidado. Será que devemos entregar um cheque em branco a duas entidades privadas? Por que um Conselho que tem legitimidade deve passar adiante referendar aquilo que vier a ser feito alhures? Isto é uma questão que precisava ser discutida e o surpreendeu saber que as entidades já haviam sido convidadas e coisas desse gênero. Outra questão também de método que também o preocupava, mas acreditava que ainda não era o momento, e com isso concordava com o conselheiro Fabio, era a questão do Reitor ter assento nato nessa possível comissão de notáveis que iria se formar, pois no momento em que o Reitor tiver assento nato lá ele se tornaria senhor de dois mundos, e com isso poderia colocar esses dois mundos um contra o outro e aprovar o que quisesse. Isso nem o Collor tentou coisa semelhante, tentar fazer uma Constituinte para que ele próprio fosse o condutor, mas não era o momento de discutir , pois existiam questões de fundo para pensar e levar e concordava com a professora Celeste que dizia existirem coisas mais urgentes para votar e poderiam discutir por dentro das prerrogativas que o Conselho tem. Após essa fala o senhor presidente passou apalavra para o conselheiro Odir, que disse acreditar importante a discussão que estava sendo feita naquela reunião, que havia se estabelecida no Conselho e acreditava que a preocupação em relação à revisão do Estatuto e do Regimento da Universidade era pertinente e talvez até atrasada, pois haviam demorado demais para começar e acreditava que teriam sim que andar com um passo um pouco acelerado, pois do contrário iriam passar anos talvez até conseguirem chegar a um produto final. Acreditava que a intenção da Administração em trazer uma proposta para apreciação era louvável assim como a preocupação em que fosse um processo discutido, democrático, que envolvia toda a comunidade, porém gostaria de cumprimentar o conselheiro Gastal pela elegância como ele havia apresentado argumentos que deixavam claro que o protagonismo deveria ser sim do Conselho Universitário. Desde o primeiro momento pensava desta forma e nas últimas semanas tivera oportunidade de conversar com vários colegas de sua e de outras Unidades, que haviam reforçado sua posição: acreditava que o conselho Universitário tinha obrigação legal de revisar Regimentos e Estatutos. Naquela reunião, em vários momentos, a legalidade havia sido exaltada. A Administração anterior havia cometido atos ilegais e eles deveriam ser legalistas em alguns aspectos, mas poderiam abdicar da legalidade e agir de forma totalmente informal por um outro caminho em uma outra situação acreditava que não. Acreditava que o Conselho era representativo de todas as Unidades e esse Conselho podia protagonizar uma discussão ampla, democrática, que envolvesse toda a Universidade, todas as Unidades, todos os setores, os segmentos. A proposta que o conselheiro Gastal apresentara de indicar uma comissão que trouxesse um esboço, um rascunho para ser discutido no Conselho, era perfeita e acreditava que teriam situações em que haveria consenso, pontos, artigos nesse novo Regimento e Estatuto que seria consenso entre toda a Comunidade e estes seriam aprovados e haveriam pontos que não conseguiriam chegar a dois terços de aprovação e esses pontos poderiam levar a uma consulta à Comunidade e uma votação ponto a ponto, levando as diversas opções e consultando a Comunidade, sendo um processo democrático e que iria qualificar o produto final, que iria também se comprometer a Comunidade Universitária, porque iria ser partícipe do processo como um todo. Não iria

precisar se envolver em uma disputa eleitoral antecipada para indicar pessoas que dai então iriam conduzir o processo e trazer o produto final. Não, o conselho Universitário deveria ser o protagonista e sua posição era nesse sentido, de que não abdicassem de suas responsabilidades. Logo a seguir o conselheiro Sergio se manifestou dizendo que como representante dos coordenadores de pós-graduação até mesmo antes de fazer a discussão entre os coordenadores, fizeram uma discussão dentro do CDTec, Unidade a que pertencia, e depois encaminharam suas idéias para os coordenadores de pós-graduação, que ele representava. Havia recebido retorno de uma grande maioria dos coordenadores sobre a opinião do Centro, que seria de fazer a Constituinte dentro do Conselho Universitário que é sua atribuição e reforçando a opinião dos demais colegas que já haviam colocado desta forma. Acreditava que vários colegas, de 40 programas de PG não houve em nenhum momento alguém que dissesse que teriam de terceirizar a Constituinte e acreditavam que esta deveria ocorrer dentro do Conselho Universitário, que é o Órgão que representa a Universidade. O senhor presidente de pronto passou a palavra ao conselheiro Pedro Halal que em primeiro lugar manifestou que havia enviado um assunto que refletira em uma discussão coletiva que havia se iniciado na ESEF e que de qualquer maneira não representava a ESEF, mas havia começado com alguns colegas da ESEF e depois havia sido ampliada para outras pessoas, mas a primeira coisa queria deixar bem claro que tão logo havia saído da reunião do Conselho Universitário havia começado a pensar no assunto e discuti-lo. Parabenizou a Administração por trazer o assunto e de sua parte discordava completamente com o que diziam que este não era o assunto mais urgente para o momento, pois havia ficado o ano anterior inteiro envolvido em eleição para a Reitoria e esse era o assunto mais demandado pela Comunidade da Universidade. Disse que Administração havia trabalhado em uma perspectiva metodológica baseada numa idéia de que esta proposta teria uma comissão externa ao Conselho. Na atual reunião havia chegado uma proposta do conselheiro Gastal, com a qual havia simpatizado muito, mesmo tendo ouvido pela primeira vez, de que esta discussão deveria sair por dentro do Conselho. Esta era uma decisão muito inicial para que depois pensassem na metodologia. Claro que não tinham como na presente reunião jogar em uma encruzilhada a proposta da Administração e a do conselheiro Gastal, pois elas partiam de idéias diferentes. Se a decisão fosse que essa discussão seria feita com a subcomissão do Conselho, então poderiam pensar qual seria a melhor metodologia. Se saísse uma definição de que iriam eleger uma comissão, pensariam na metodologia da Reitoria e outras poderiam ser propostas. Isso era fundamental. Outra coisa que gostaria de reforçar era a defesa e ficava bem satisfeito, pois até o momento não ouvira nenhuma manifestação contra a idéia da paridade, mesmo sendo no Conselho, a proposta do conselheiro Gastal tinha de muito interessante, de manter a paridade, mesmo sendo por dentro, e acreditava que o ponto mais interessante da discussão era o que era melhor: um referendum de idéias ou uma eleição de nomes? Ele se sensibilizara imediatamente com o argumento do conselheiro Gastal. Melhor seria um referendo de idéias, então que tirassem uma comissão de dentro do Conselho e esta trabalhasse ouvindo a Comunidade, da forma proposta e que o texto final fosse referendado pelo Conselho, pois todos conhecem os egos da Universidade e de outras, que não são diferentes, e sabiam que se entrassem em um processo eleitoral naquele momento ou dali há seis meses atrapalharia bastante o trabalho e já havia manifestado isso na outra vez, especialmente o trabalho da Administração. Acreditava que um processo todo iria evitar trancar várias idéias que a Administração estava tendo. Preferia muito mais ter um grupo trabalhando nisso, com uma dedicação grande e esse grupo teria seus textos discutidos e referendados no Conselho e depois na Comunidade que é a instância final. Disse que na presente reunião não se sentia a vontade de votar com a metodologia apresentada. Independente da proposta vencedora, acreditava ser fundamental pensar com muita calma no método de dedicação das pessoas que iriam tocar o trabalho, sendo uma comissão interna ou eleita. Sendo servidor, docente ou servidor, deveria ter um "x" de horas para trabalhar no assunto, pois estava entendendo isso como um imenso trabalho de pessoas que iriam ajudar a melhorar a Universidade para a frente e isso era o mais urgente de tudo. O conselheiro Andrew fez uso da palavra dizendo que em primeiro lugar gostaria dizer que os conselheiros discentes poderiam estar colocando

posicionamentos deles ou do DCE, mas que infelizmente não se sentiam a vontade como gostariam na medida em que não haviam conseguido expandir essa discussão dentro da categoria a qual representavam em função do período em que se passou a ter essa discussão. Os estudantes tinham uma característica muito específica de que em período de avaliações finais, exames e férias não tinham como discutir por falta de quorum. Esta era uma crítica que tinham a fazer, pois a discussão deveria acontecer em um período em que os estudantes pudessem expandir a discussão com a Comunidade Estudantil. Com relação às falas de que o Conselho estaria abrindo mão do seu dever de avaliar reformas Estatutárias e Regimentais, entendia que textos bases seriam construídos pelo conselho Universitário para serem avaliados por uma comissão eleita pela Comunidade Universitária e não via o Conselho abrindo mão de suas atribuições. Entendia que a discussão deveria ser feita por fora deste Conselho, por uma comissão aparte. A discussão pedagógica levantada no Conselho deveria ser discutida a parte. Solicitou que as datas fossem revistas, para que os alunos pudessem participar da discussão. A seguir foi concedida a palavra ao conselheiro Bretanha disse que não restava dúvidas que deveriam aprofundar a discussão do tema neste Conselho, pois estavam apenas iniciando, mas concordava com a proposta do conselheiro Gastal, que tinha sido a melhor contribuição em termos de discussão sobre a reforma do Estatuto, ou seja, Estatuinte. Temos um Regimento e um Estatuto. O regimento normatiza o rito administrativo da Universidade e entendia que se tratava de uma Estatuinte e a proposta do conselheiro Gastal na reforma de um Estatuto e de um Regimento. Primeiro eleger uma metodologia, segundo a elaboração de um documento e a terceira a apreciação pela Comunidade esse documento tem de ser aprovado por dois terços o que leva a esgotar a discussão ouvindo a Comunidade e naqueles temas que não conseguissem dois terços a postura e a decisão da Comunidade e o maior ato democrático com certeza submeter à aprovação na Comunidade. Que este tema fosse tratado em reuniões especiais e não em final de tarde após quatro horas de discussão de outros temas e muito menos em períodos de férias, pois desta reforma depende o futuro desta Instituição e a proposta do conselheiro Gastal não desconsiderava o Conselho passa pela metodologia de discutir. Por falar em metodologia, em cinqüenta universidades criadas na década de sessenta e setenta praticamente a única que até então não reformou seu Regimento foi a UFPel, na discussão da metodologia o conhecimento acumulado por outras universidades e que procedimentos haviam adotado para discutir seus Regimentos metodologia que contemple democracia aproveitando experiências de outras universidade. Inclusive passa por esta discussão, a comissão se debruçar em cima de outras propostas de Regimentos de outras universidades. A maior polêmica que temos na nossa universidade é a distribuição de recursos, sendo técnicos, orçamento e docentes. A UFMG criou o Conselho de Diretores, onde distribuição de recursos, avaliação quanto ao mérito e a proposta é do Conselho de Diretores, que é quem realmente gerencia recursos na universidade, sendo a proposta submetida ao Conselho Universitário. Na UFPel, quando se tem recursos cria uma comissão que discute e não consegue implementar, como tem sido o caso da matriz de vagas docentes, que tem sido discutida em duas administrações, sem sucesso. A conselheira Márcia Bueno falou que concordava com os colegas que a haviam antecedido, pois haviam saído de um processo eleitoral rico e muito desgastante, pois tiveram seis chapas, com discussões amplas, onde os ânimos haviam se acirrado o que era natural, evidente por ser um processo eleitoral, mas acreditava que estava na hora de serenarem os ânimos e construir um processo grande que iria empurrar a Universidade para frente e dar suporte para quem assumiu a gestão da Universidade, pois havia sido escolhido por todos. Como o conselheiro Gastal havia escrito no seu texto, acender os holofotes com um processo eleitoral novamente seria desgastante para todos e mais para quem estava na Administração, que ficaria ofuscada por estes holofotes voltados para um processo eleitoral acirrando os ânimos e esse coletivo que estava sendo construído deixaria de existir. As matrizes iriam parar de ser discutidas entre todos e esta nova consciência que percebia incipiente temia que isso fosse dissolvido em um processo eleitoral para formar uma Estatuinte. Também reforçava a idéia de que as Instituições devem ser fortes e vinha batendo há muito tempo. Os conselhos Departamentais, as Unidades, o COCEPE, o conselho Universitário têm de ser fortes e mais fortes do que os seus Diretores e seus Gestores,

pois isso é o que faz a Universidade. As Administrações passam e as Instituições ficam e temos de fortalecer este Conselho. Talvez se tivessem assumido o papel efetivo como conselheiros muitos dos problemas que acontecem atualmente não tivessem acontecido. Reforçou a proposta do conselheiro Gastal e acreditava que ela era a mais democrática, a que melhor iria colaborar para que construíssem uma Universidade dentro do ânimo de colaboração, de cooperação, de respeito e acreditava que era por isso que ela deveria ser considerada por este Conselho. Aproveitou para cumprimentar a Administração pela iniciativa de trazer esta proposta de fazer uma Estatuinte. A conselheira Tereza, como representante dos Técnicos administrativos tinha apenas uma proposta e como a proposta do conselheiro Alexandre havia chegado na reunião, não tinha como votar. Deveria levar novamente aos seus pares. Pensava que houve um avanço, porque dizer que as Instituições representantes são terceirizações não pode ser. Todos são votados e ninguém chega à Direção sem ser votado então são legalmente representantes e acreditava que havia sido um avanço da Reitoria fazer o processo por dentro das Instituições legais que representam toda a comunidade desta Universidade. Pelo fato de ter sido apresentado outro texto, não faria suas considerações. Solicitou que nas próximas reuniões do Conselho, quando alguém desejar colocar algum texto, que envie ao Conselho antecipadamente, pelo mínimo com quarenta e oito horas os conselheiros deveriam ter acesso aos textos e estes passarem pelas representações. A conselheira Luciane disse que havia conversado pouco dentro da sua Unidade e pouco frente à relevância da questão e considerava que era uma questão muito importante para a Universidade e que precisavam falar mais sobre ela. Primeira coisa que acreditava importante era que a definição de uma metodologia refletia uma concepção da Universidade e também era uma definição ideológica. Não estavam apenas votando uma metodologia e sim uma concepção, tanto que para ela existiam claramente duas concepções bastante diferentes nas propostas apresentadas e isso era importante para não pensarem que era apenas um jeito de fazer. Não compreendia que pudessem ter um texto isento de uma compreensão do que era a Universidade. A idéia de seminário deveria iniciar por aí. A segunda coisa que queria dizer era que tinha uma expectativa de que sem discutir muito as concepções que estavam por trás de ser uma eleição do Conselho ou via representantes eleitos na Comunidade de que a comissão fosse um espaço disparador e que pudessem construir um processo não referendado pela Comunidade, mas sim que a Comunidade pudesse apresentar propostas de mudança e propostas na verdade para o Estatuto. Acreditava que era importante o que o conselheiro Bretanha falara de outras experiências e a própria FURG que havia criado uma proposta de Estatuinte, criou uma metodologia onde determinados grupos com um número *x* de servidores docentes ou técnico-administrativos ou estudantes poderiam fazer adendos e apresentação de propostas. Então qualquer que fosse a forma, tinha uma expectativa de que esta seria um dos fatos mais importantes que iria propiciar maior debate para o Conselho e maior crescimento de todos enquanto Universidade, Por isso gostaria que fosse o mais aberto possível e para isso precisavam um pouco mais de tempo. O conselheiro Osório fez sua manifestação dizendo que queria na verdade trazer uma pequena contribuição, especialmente quanto à questão da urgência que acreditava ser algo que precisavam ter presente que na verdade essa não era uma questão menor. Ela era essencialmente uma questão balizadora da Universidade. Se naquele momento se perguntassem: Universidade Federal de Pelotas, qual o rumo? Era muito possível que se perguntassem dentro do Conselho Universitário, tivessem sessenta respostas diferentes, porque a Universidade não tinha isso definido, não tinha PDI, tinha Estatuto e Regimentos completamente ultrapassados. Nessa situação o grande questionamento que deveriam se fazer era afinal, que importância tinha termos a definição do que a UFPel quer ser? E de que maneira queriam que essa definição fosse tomada? Pensava que para serem uma comunidade que trabalhava colaborativamente e que tivesse condição de ser efetivamente protagonista, deveriam definir o rumo coletivamente. Não era possível que a Universidade não definisse esse rumo sem a participação da comunidade interna e da Comunidade externa. Naquele momento estavam gerando graves prejuízos aos cursos de graduação porque simplesmente não havia conexão entre os PPCs de cada curso e o Projeto Institucional, dado que este não existia. Os cursos estavam sendo penalizados nas avaliações externas, porque os

avaliadores não conseguiam enxergar conexão nenhuma. De uma certa maneira era muito constrangedor para a UFPel dizer que não tem projeto. Era preciso que tivessem claro que essa era uma questão que se revestia de uma urgência absoluta. Ela não estava sujeita a uma questão opinativa. Todo o serviço público e, em especialmente, uma Instituição de Ensino tinha de ter muito claro quais eram seus compromissos com a sociedade. Somos uma Instituição social e, portanto, tinham de ter todo o cuidado para que conseguissem expressar para si e até para organizar o trabalho e fazer com que as energias fossem canalizadas para estes objetivos, como para a comunidade externa a quem deviam, sem dúvida, explicações, prestações de contas e assim por diante. Assim como para os órgãos de controle. Especialmente para o Tribunal de Contas que tinha de maneira sistemática nos perguntado o que fazíamos com o dinheiro posto aqui face à Instituição autonomamente estabelece. Entendia que seria fundamental que todos pudessem ter clareza de que essa era uma pauta para lá de urgente. Ela já era uma pauta emergente e não tinham como adiá-la. Significava dizer que todos teriam, a partir do reconhecimento de tal situação, que colocar isso como prioridade absoluta. Os PPCs dos cursos, na media em que tivessem o Plano Institucional, principalmente o PPI, todos deveriam ser revistos, pois o PPI anunciará um perfil de egresso e uma concepção de formação acadêmica a partir dos compromissos que a Universidade tem com a sociedade. A partir do momento que anunciassem isso no PPI, todos os cursos deveriam, respeitada a peculiaridade de sua área de conhecimento, se coadunar a isso, se alinhar a isso, porque não se pode anunciar um perfil de egresso no Projeto Pedagógico Institucional e os cursos trabalharem com coisas completamente diferentes. A Universidade precisa, partir de decisões maiores, ter unidade no processo de construção do processo ensino/aprendizagem e não tinham como fugir a isso. A ele parecia que essa era uma questão fundamental. Quando se diz que a Universidade precisa ter um Plano Diretor de Desenvolvimento Sustentável, como se consegue fazer Plano Diretor sem ter um Projeto Institucional? Seria possível? Há uma série de questões que são absolutamente encadeadas. Como as Unidades Acadêmicas poderão fazer seu planejamento se não tiver um grande orientador Institucional para isso? Não trabalhamos com a idéia de que as Unidades acadêmicas refletem aqui uma percepção de que a Universidade é uma enfileiração de Unidades. O que concretamente acontece é que a UFPel é una e que todas as ações devem estar conectadas, sob penas de atingirem objetivos completamente diferentes e talvez, não raro, estes objetivos sejam contraditórios. A ele parecia que colocar a questão de construir um Projeto Institucional, e se arriscava a dizer que a questão de Estatuinte e Constituinte era absolutamente secundária, diante da grande tarefa que tinham, além do mais poderiam dizer que o termo Constituinte poderia ser usado sem nenhum tipo de constrangimento, porque estavam repensando a Universidade. Recentemente a UFB havia feito um processo semelhante a este pensando em refundar a Universidade, porque a universidade precisava reler o mundo onde ela estava inserida e verificar quais os desafios que ele tem que assumir. Estas questões parecem ser extremamente urgentes, delicadas e que iriam exigir tempo e envolvimento. Não tinha possibilidade de saírem na ponta de lá com um belo projeto de universidade que a todos encantasse e envolvesse e comprometesse se não tivessem a possibilidade de ter tempo de se dedicarem a isso. Ao compreenderem isso deveriam evitar ao máximo atitudes protelatórias, pois as experiências que já havia vivido tanto na UNIPAMPA, UNILA e na UFPel, quando na primeira gestão em que havia participado como Pró-Reitor, lhe diziam que esses processos eram lentos e que precisam ter início, meio e fim a despeito de serem lentos, mas exigiam uma disciplina muito grande de participação, com compromisso de leitura, adentramento em textos e experiências de outras universidades para que conseguissem fazer aquilo que temos responsabilidade. Esta comunidade anunciar a partir dos referenciais públicos que temos e de educação pública como compromisso social, qual é a universidade que precisamos fazer. Queria fazer um apelo, pois todos acreditam que fazer planejamento na universidade é uma necessidade, mas a pergunta obvia é a seguinte: é possível fazer planejamento sem ter um Projeto Pedagógico Institucional Acreditava que isso ficava profundamente castrado para a concepção de Planejamento Institucional que queriam adotar. O conselheiro Fabio Cerqueira teve a palavra concedida e falou que corroborando as falas dos colegas Bretanha, Odir, Márcia,

A1.

Alexandre, Pedro queria se posicionar favoravelmente à proposta do conselheiro Alexandre sem que necessariamente concordasse com ela na sua integralidade e sem que necessariamente concordasse com todos os argumentos colocados por alguns colegas favoráveis à mesma proposta. Pediu licença ao conselheiro Edar para discordar do uso de algumas palavras, mas as metáforas não haviam sido felizes em comparar as nossas entidades representativas com privatização, por mais que do ponto de vista legal elas tenham lá no cartório uma natureza de entidade diferenciada, mas elas são de todo participantes do nosso processo e mesmo que compartilhasse de algum modo da colocação do conselheiro Alexandre que não poderiam abrir mão da liderança da condução desse processo por parte do CONSUN, ele não achava que necessariamente eles não poderiam ter a presença delas enquanto entidades, não necessariamente na condução do processo, mas na medida em que exatamente pela natureza de entidades elas têm um olhar sobre várias questões, que muitas vezes eles, como professor ou como administrador, não tinham e que seria uma contribuição que teria muito a enriquecer o processo de discussão. Não acreditava que a participação dos sindicatos enquanto entidades significava como sindicalização do processo de debate e nem fiar refém de uma visão que seria corporativa, pois se fosse nesse sentido ele seria contrário. Se fosse dizer que o corporativismo do sindicato iria contaminar o processo, seria contrário, mas isso não era um rumo necessário. Um dos pontos que criticavam do passado era a falta de democracia e a não valorização do Conselho Universitário e precisavam cuidar para não repetir isso e ficarem com intervalos grandes sem reuniões. Dentro dessa reflexão entendia que uma coisa poderia ser um canto de sereia e poderia parecer muito mais democratizador abrir mão e delegar a uma instância paralela, porque fica edulcorado por uma série de adjetivos que podem parecer mais democráticos. O apelo a uma instância paralela que no primeiro momento parece fortalecer o processo participativo de debate, tendia a ver como um o fortalecimento do poder central dentro da Universidade, independente de que ela vá vingar da pior das formas que seria que o mesmo que preside o poder dentro da Universidade vá ter um assento nato dentro dessa comissão paralela. Historicamente as democracias sempre ficaram prejudicadas quando a ordem dos órgãos participativos consolidados são jogadas para um plano de mera formalidade e a regimentação das vontades de fato são jogadas para as instâncias paralelas. Temia muito e o que via era que depois de uma grande discussão em prol da democratização, não via isso como caminho para a democratização e sim um atalho para um canto de sereia. Não entendia que a proposta do conselheiro Gastal significava tirar o protagonismo propositivo da comunidade dos estudantes, técnicos e setores externos, mas no sentido de organizar um processo de construção e construir uma metodologia que deve ser organizada. Havia um primeiro passo e que não era neutro de terem um primeiro passo de escolher um grupo organizado dentro ou Dora do Conselho. Precisavam discutir a metodologia de como o grupo iria operar. Não entendia o texto do conselheiro Gastal. Acreditava que o texto, por mais elegante e racional nesse ponto falhou um pouco em colocar uma comissão escolhida dentro do Conselho, significando a valorização do Conselho mantendo a coordenação desse processo, não significava que ele iria redigir um texto e submeter a todos. Pelo menos na sua visão ele construiria uma metodologia de alimentar esses debates dentro da comunidade em que ela nas suas diferentes instâncias não perdesse o seu protagonismo propositivo. E discordando do conselheiro Edar, acreditava sim que as entidades têm protagonismo propositivo fundamental que não significava dar um vício de corporativismo ao debate, que fosse alimentar o novo Estatuto, o novo Regimento, porque acreditava que precisavam evitar esse viés corporativista. Finalmente o conselheiro Andrew disse que havia se inscrito para fazer uma complementação de sua primeira fala e decidira falar mais algumas coisas. Achava engraçado questionarem a legitimidade dos representantes de categorias enquanto partícipes do processo de construção, pois tinham no Conselho membros eleitos pelas categorias, que são, tirando o DCE, que era uma questão que pretendiam resolver ainda neste mandato com relação às eleições dos conselheiros, as outras categorias tinham eleições de conselheiros independentes de entidades, embora se reunissem em assembléias para defender os interesses da categoria. Tinham no Conselho Pró-Reitores que representavam a Administração. Diretores que representavam Unidades. As categorias representam a

Comunidade Universitária de forma geral e querer questionar isso dizendo que seria uma privatização ou qualquer coisa nesse sentido não caberia. As categorias por ter esse caráter de representação universal tem necessidade de debater com suas comunidades estas questões. Esse debate entre uma discussão feita a partir de uma comissão interna do conselho ou uma comissão externa não foi levado para as categorias. Os estudantes haviam feito uma discussão muito pequena e tiraram algumas decisões que não iria apresentar naquele momento, pois precisava ser feito primeiro um maior debate e concordava com o conselheiro Fabio no sentido de que essa cara parlamentarista era muito boa e muito democrática, mas nunca se viu em nenhum momento um parlamento debater sua própria reforma. Esse era o ponto que questionava. Não era questionar a legitimidade do Conselho debater a reforma do Estatuto, mas dentro do Estatuto está a reforma do próprio Conselho. Essa era a reflexão que fazia e exatamente por isso que fazia coro á proposta da Celeste de que fizessem essa discussão ampliada e as categorias pudessem debater essa questão fundamental e outras questões também fundamentais, mas dentro dos pontos que haviam tido previamente com os estudantes um que se faz necessário o registro pois vai de encontro e era quase consenso em todas as falas que não houve objeção em relação a isso que no final dos trabalhos seja uma comissão interna ou externa que o resultado do trabalho seja submetido à comunidade novamente, mesmo que ela tenha eleito uma comissão para fazer isso ou se definirem que seria o Conselho a definir esta comissão, que esse conteúdo final seja remetido à Comunidade Acadêmica e quanto a isso tinha convicção de que era o posicionamento dos estudantes. A partir das falas o senhor presidente disse que defendia que existiam encaminhamentos que não se complementavam no que dizia respeito a forma como iriam encaminhar o processo Constituinte na UFPel, mas era importante e salutar dizer que não havia nenhuma dúvida de que fariam um processo constituinte e tinham um grande consenso que poderiam extrair desse debate, pois todos haviam compreendido a importância de fazer um a reestruturação geral no Estatuto e Regimento. Era imprescindivel que o quanto antes tivessem um Projeto de Desenvolvimento Institucional, inclusive para que os cursos pudessem ter uma nota maior e os que estavam conseguindo estavam muito calcados na qualificação docente e no seu Projeto Pedagógico específico. Disse que rapidamente havia pensado na possibilidade de caminharem nesse processo era que precisavam efetivamente de um debate mais acurado, inclusive no que dizia respeito à quem seriam os protagonistas efetivos para a produção dos documentos oficiais que seriam ofertados à Comunidade para debate, mas a ele parecia que poderiam destacar uma parte da proposta da administração que parecia ser contemplada na fala da conselheira Vanessa, Celeste e Luciane e esperava que não estivesse em contraditório com a fala do conselheiro Gastal que havia sido elogiada por vários conselheiros, que era justamente a parte que haviam colocados apreciando o processo Constituinte que dizia respeito às discussões temáticas. Estas, pela metodologia visavam justamente subsidiar a Comunidade, chamar a Comunidade para o debate e mostrar a importância dos temas e discutir as questões que eram estratégicas para o Estatuto e para o Projeto Pedagógico e que eram comuns a todos os Processos que tivessem ocorrido. Eram questões chaves que gostaria de ler naquele momento: execução de um programa de debates, com a participação de especialistas de renome abordando as seguintes questões: Universidade e sociedade na contemporaneidade; O perfil do egresso e a concepção de formação acadêmica; O desafio da ampliação do acesso e a permanência com qualidade acadêmica; Articulação entre ensino, pesquisa e extensão como base formativa; O perfil docente do técnico-administrrativo em educação e a política de desenvolvimento profissional e A estrutura universitária e a democratização da gestão frente à concepção de formação acadêmica. Na verdade seriam seis seminários e se os conselheiros acordassem seriam incluídos no calendário acadêmico do próximo semestre para que toda a Comunidade pudesse participar. Deveria ser chamada a Comunidade para participar do debate e a Administração criaria a possibilidade com o compromisso do debate que havia sido feito naquela reunião ser sistematizado e repassado aos conselheiros e este seria pautado novamente no CONSUN, com mais tempo para depois, com o recebimento por parte de todos os conselheiros das propostas sistematizadas e poderem se debruçar na tarefa de debater a metodologia. A conselheira Celeste disse que era importante trazerem olhares diferentes sobre

o mesmo tema e reafirmou que havia temas importantes na Universidade que precisavam ser votados e que estavam sendo protelados. Disse que gostaria que o Reitor em algum momento trouxesse. A conselheira Márcia Bueno disse que tinham duas propostas sobre a metodologia da Constituinte e sugeriu que as duas fossem levadas para seus pares e a partir daí deliberassem sobre qual delas utilizar e com relação aos seminários estes estavam colocados nas duas propostas. Os temas apresentados eram pertinentes, mas deveriam ser colocados como idéias. O conselheiro Alvaro disse que deveriam pautar outra reunião com pauta exclusiva. A conselheira Luciana disse que a mesa estava dando um bom encaminhamento que eram os seminários temáticos e concordava que os assuntos deveriam ser debatidos e não apenas seminários. O conselheiro Pedro disse que o mais certo seria na próxima reunião trazerem propostas de temas, datas e sugestão de nomes de palestrantes. Ficou definido que seguiriam com a idéia de avançar com os seminários. A questão que deveria ser destacada era o fato da importância de terem tido a possibilidade de avançar nos debates e trazer pessoas para avançar nesses temas e exercer o contraditório. Sugeriu que pudessem avançar nos seminários e colher sugestões de pessoas que fossem comprometidas com o trabalho. O conselheiro Gastal sugeriu que a Reitoria poderia convidar as pessoas para falar e poderiam discutir na próxima reunião sobre a metodologia. As sugestões de nomes também seriam recebidas por email. O conselheiro Brettas sugeriu que todos que fossem indicar alguém o fizesse antes da reunião. De pronto o senhor presidente passou ao **Item 12:** Criação do Núcleo de Patrimônio Cultural. O senhor presidente relatou a estrutura do Núcleo, dizendo que esta ficaria abaixo da PRPD nessa mesma perspectiva de que é um tema transversal ao ensino, pesquisa e extensão. Como as demais estruturas criadas, todas vêm com as atribuições e objetivos. Leu a proposta. Após algumas colocações por parte dos conselheiros, a proposta foi colocada em votação, tenso sido aprovada por unanimidade. Sem mais a tratar, o senhor presidente agradeceu a todos e deu por encerrada a reunião às dezenove horas e vinte minutos do que para constar, eu _____ Roseméri Gomes Gonçalves, Secretária dos Conselhos Superiores, lavrei a presente Ata que, depois de aprovada, foi igualmente assinada pelo senhor presidente.